

GUIA PRÁTICO DE INCIDÊNCIA CLIMÁTICA INTERNACIONAL PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

ISPN
INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA



GUIA PRÁTICO DE INCIDÊNCIA CLIMÁTICA INTERNACIONAL PARA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Guia prático de incidência climática internacional para Povos e Comunidades Tradicionais

EXPEDIENTE

Diretor Presidente
Donald Rolfe Sawyer
Diretora Superintendente
Cristiane Azevedo
Coordenador Executivo
Fábio Vaz Ribeiro de Almeida
Coordenação de Programas
Silvana Bastos, Isabel Figueiredo, João Guilherme
Nunes Cruz, Rodrigo Noleto e Ruthiane Pereira
Coordenação de áreas
Cristiane Azevedo, Fabiana Castro, Letícia Verdi e Pedro Vasconcelos
Equipe do Advocacy
Daniela Strasser, Márcia Ever, Luciana Landgraf, Patrícia da Silva, Vitor Hugo Moraes
Autora
Andreia Fanzeres
Revisão de conteúdo
Cristiane Azevedo, Deroní Mendes, Eldo Barreto, Fábio Vaz, Gabrielle Ücker Thum, Pedro Vasconcelos,
Samuel Leite Caetano
Organização
Pedro Vasconcelos
Projeto gráfico e diagramação
Fernando Ornelas Abras

Esta publicação é uma realização do Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN, em parceria com a Operação Amazônia Nativa - OPAN, por meio do projeto Fortalecendo a Sociobiodiversidade para a Ação Climática, financiado pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS). Este documento é de responsabilidade dos seus autores e organizadores e não reflete a posição dos doadores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Fanzeres, Andreia
Guia prático de incidência climática internacional para povos e comunidades tradicionais [livro eletrônico] / Andreia Fanzeres ; [organização Pedro Vasconcelos]. -- 1. ed. -- Brasília, DF : Instituto Sociedade, População e Natureza, 2026.
PDF

ISBN 978-65-87922-17-1

1. Comunidades - Desenvolvimento 2. Crise ambiental 3. Meio ambiente 4. Sustentabilidade I. Vasconcelos, Pedro. II. Título.

26-413114.0 CDD-304.25

Índices para catálogo sistemático:

1. Mudanças climáticas 304.25

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Sumário

Para que serve este guia? 07

Módulo 1 – Nós na UNFCCC 08

1.1 PCTs e o clima 09

1.2 As conferências do clima e a sopa de letrinhas 11

Comunidades tradicionais x comunidades locais 13

1.3 O Grupo de Trabalho Facilitador (FWG) da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas 15

FWG como palco de tensões entre comunidades locais e povos indígenas 17

1.4 Os PCTs e as trilhas de negociação 18

1.4.1 Programa de Trabalho sobre Transição Justa (JTWP) 19

1.4.2 Agricultura, florestas e outros usos da terra (AFOLU) 19

1.4.3 Financiamento climático 20

1.4.4 Transparência 20

1.4.5 Perdas e Danos 21

1.4.6 Mitigação, Balanço Global (GST) e Artigo 6 21

1.4.7 Adaptação 22

1.4.8 Gênero 23

Módulo 2 – Participando das conferências do clima 24

2. Uma viagem, muitas possibilidades 26

2.1 Obter visibilidade 29

2.2 Realizar articulações institucionais 31

2.3 Fortalecer agenda de governança de comunidades locais na UNFCCC 32

Participando do FWG 33

Divulgação da agenda da reunião 34

A tradução – ponto crítico e fundamental 35

O básico do FWG 37

2.4 Influenciar tecnicamente trilhas de negociação 40

Como chegar lá? 42

Módulo 3 – Mão na massa 46

3.1 Dicas para fazer bonito lá fora 47

3.2 Construindo boas intervenções no FWG 48

3.3 Construindo boas intervenções temáticas 53

3.4 Roteiro para denúncias 57

Pelos corredores da conferência 58

3.5 Dicas para participar e promover um evento paralelo 59

3.6 Dicas para realizar uma coletiva de imprensa 61

3.7 Compartilhando as experiências na volta aos territórios 63

Anexo 1 - Grupos de negociação na UNFCCC 67

Anexo 2 - Glossário 70

Apresentação

Fortalecer meios de vida sustentáveis com protagonismo comunitário. Esse é o foco do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). Em tempos de crise climática, que exige ações coordenadas no plano internacional para enfrentar os danos causados pelo aumento de temperatura do planeta, é fundamental reconhecer que muitas dessas soluções nascem dos territórios a partir dos meios de vida e saberes dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs).

Esses grupos já têm, historicamente, larga experiência em lidar com o meio ambiente de modo sustentável. Ao mesmo tempo, são testemunhas em tempo real dos efeitos da mudança do clima. Entre essas duas tendências, a falta de reconhecimento deste papel primordial de PCTs para a ação climática é um ponto em comum que precisa ser endereçado.

Para seguir promovendo esforços que fortaleçam a demanda de uma participação plena desse público em espaços internacionais, o ISPN apresenta, em parceria com a Operação Amazônia Nativa (OPAN), este Guia de incidência. A proposta é que este material seja um ponto de apoio para os PCTs nas Conferências do Clima, trazendo um apanhado sobre as diversas possibilidades de atuação no ambiente internacional, destacando ferramentas, dicas de como se preparar e o que fazer nesses eventos e depois deles.

Composto por referências calcadas no acúmulo recente de povos e comunidades tradicionais do Brasil na agenda climática global, acreditamos que materializar estes saberes em referências práticas representam subsídios concretos para a preparação de quem pretende se envolver nestes importantes processos.

A janela de oportunidades para fortalecer iniciativas de promoção de PCTs na agenda climática internacional é particularmente relevante. Estamos na iminência de processos relevantes na UNFCCC que podem impactar diretamente estes públicos, como a revisão da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP) e do seu Grupo de Trabalho (FWG), o aperfeiçoamento e operacionalização dos Indicadores de Adaptação de Belém, a discussão do Mecanismo de Transição Justa, o processo do Segundo Balanço Global (GST2), a discussão sobre metas de financiamento climático como transversal, entre outros.

As Conferências do Clima já debateram diversos compromissos e nos próximos anos deve entrar na era da implementação dessas metas. É fundamental que os PCTs, que sempre atuaram de forma sustentável e ao mesmo tempo estão mais vulneráveis à crise, sejam ouvidos, tenham espaços relevantes para apresentarem suas propostas de ação climática e para receberem apoios diversos à suas iniciativas.

O ISPN é uma organização da sociedade civil que, desde 1990, atua pela justiça socioambiental e climática. Este guia é mais um passo na jornada para fortalecer a visibilidade de povos e comunidades tradicionais. O protagonismo comunitário, a articulação política, a disseminação de conhecimento e a democratização do acesso a recursos para organizações de base comunitária são pilares da estratégia institucional de promoção de paisagens produtivas ecossociais.

Para que serve este guia?

Este guia é destinado a lideranças de Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (PCTs) e organizações apoiadoras que desejam se envolver nas conferências da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, conhecida pela sigla UNFCCC.

Esses espaços de atuação internacionais podem ser verdadeiros **labirintos** para quem vai pela primeira vez e possuem características que tornam a intenção de incidir politicamente na agenda de clima algo bem **abstrato**. São muitas reuniões sobre diferentes temas acontecendo ao mesmo tempo. É preciso ter foco. Mas qual?

Como nas demais convenções da ONU, a língua mais falada é o inglês. O nosso português não costuma ser disponibilizado no sistema de interpretação das conferências – porém, vamos conhecer caminhos para tornar este espaço mais democrático para os brasileiros trabalhando, justamente, no quesito tradução.

As regras de acesso são estritas, o procedimento de inscrição e aceite para participar é burocrático e tudo isso pode gerar uma sensação de **hostilidade** e **exclusão**.

Mas discutir e decidir sobre ações que podem determinar o compromisso de governos e empresas com o enfrentamento a mudanças climáticas não é só assunto de quem sabe falar inglês e tem dinheiro para passar longas temporadas no exterior. É tema que afeta primeiro e de forma mais dramática quem já sofre com as injustiças sociais e econômicas no mundo, quem se encontra em situação mais vulnerabilizada e tem menos estrutura para lidar com as consequências de eventos extremos em suas realidades e modos de viver.

Nos últimos anos, os PCTs têm se articulado cada vez mais para participar ativamente dos processos de negociação que acontecem nas conferências do clima porque entendem que são parte da solução. Seus **conhecimentos tradicionais, cultura e cuidado com o território representam contribuições relevantes para os debates climáticos no mundo**. Por isso, não podem ficar de fora. Mas onde e com quem falar sobre isso?

Neste guia, vamos saber no **Módulo 1** porque a agenda climática é tão importante para os PCTs, o que são as conferências do clima e os principais temas de interesse para este segmento. Já no **Módulo 2** navegaremos sobre as diversas possibilidades de atuação no ambiente internacional entendendo como se preparar, o que fazer lá e o que trabalhar na volta pra casa. E, no **Módulo 3**, vamos explorar algumas ferramentas que podem ajudar a tornar as contribuições dos PCTs mais efetivas nessas trilhas da incidência climática.

Boa leitura!

Módulo 1

Nós na UNFCCC

1.1 PCTs e o clima

A legislação brasileira define Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) como grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, por meio de conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto Nº 6.040/ 2007).

Segmentos do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)



(Fonte: Decreto Nº 8.750/2016)

Em todos os biomas, as comunidades tradicionais representam diversidade social cultural e gestão sustentável dos ecossistemas, mantendo processos naturais essenciais ao equilíbrio do planeta, por isso são consideradas **guardiãs da sociobiodiversidade**. Contudo, sofrem com vulnerabilidades históricas ambientais e territoriais que se agravam com a crise climática. Por exemplo: as alterações nos ciclos das chuvas e secas podem piorar a insegurança alimentar, hídrica e sanitária, ameaçando modos de vida tradicionais e a permanência em suas terras.

DESAFIOS NACIONAIS	DESAFIOS INTERNACIONAIS
O reconhecimento gradual do Estado aos segmentos de PCTs se reflete em sua inserção nas políticas públicas locais, nacionais e internacionais. É por isso que, pela primeira vez, os PCTs hoje têm um Plano Temático específico dentro do Plano Clima Adaptação do Brasil.	Mesmo tendo contribuições importantes para o futuro do planeta, as vozes dos PCTs ainda não são ouvidas como deveriam nos debates globais e decisões sobre o clima.
O Plano Clima do Brasil destaca que a efetiva adaptação requer o **reconhecimento de territórios e maretórios dos PCTs, a regularização fundiária, o acesso a políticas públicas e fortalecimento das atividades produtivas.** E que os riscos prioritários aos PCTs são a perda dos territórios, da identidade cultural e dos conhecimentos tradicionais; risco à saúde, devido ao aumento de doenças e agravos; além de redução da autonomia econômica, com insegurança alimentar e hídrica.	Nas últimas conferências, as comunidades tradicionais, os povos indígenas e as populações afrodescendentes têm defendido fortemente a pauta da justiça climática – o entendimento de que as mudanças climáticas afetam todas as pessoas, mas não da mesma forma. Esses grupos contribuem menos para o aquecimento global, mas são os que mais sofrem com seus impactos. Exigir justiça climática é uma forma de reivindicar que este debate seja mais justo e que as soluções propostas ajudem a corrigir essa desigualdade.



1.2 As conferências do clima e a sopa de letrinhas

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o acordo internacional criado em 1992 para organizar a cooperação entre os países diante da mudança climática. Seu objetivo central é evitar uma interferência humana perigosa no sistema climático, o que envolve reduzir as emissões de gases de efeito estufa (mitigação) e fortalecer a capacidade de enfrentar o problema (adaptação). Mas calma que não é tão simples assim.

Nas negociações climáticas na UNFCCC, quem tem poder de decisão são apenas os países, ou seja, os governos, também chamados de "Partes" da Convenção. As Partes, por sua vez, se organizam em blocos de negociação. Por exemplo:

- grupo dos Países Africanos (*African Group of Negotiators*),
- grupo dos Países Menos Desenvolvidos (*Least Developed Countries - LDC*),
- G77+ China (maior grupo de negociação, formado por "países em desenvolvimento" com 135 países incluindo a China). *(Veja a lista completa dos blocos de negociação no Anexo 1)*.
- A sopa de letrinhas começa desde aí. E tem mais.

"Na UNFCCC, todas as decisões são tomadas por consenso! Imagina como é difícil fazer todo mundo concordar com a mesma coisa!"

A sociedade civil pode se credenciar para participar na condição de observadora, com direito a acompanhar algumas reuniões, não todas. A imprensa também pode se inscrever e cobrir as reuniões da Convenção nas conferências do clima. O desafio, nesse caso, é o processo de credenciamento, registro, inscrição – cheio de regras. Vamos entender melhor como se faz no Módulo 3.

Assim como os países se agrupam em blocos – com suas siglas – a sociedade civil também se organiza em grupos distintos – conhecidos através de... mais siglas! Assim, dentro do segmento "observadores", reconhecem-se povos indígenas (IPO), empresas e setor industrial (BINGO), sindicatos (TUNGO), fazendeiros (Farmers), institutos de pesquisa (RINGO), governos locais (LGMA), juventude (YOUNGO), entidades ambientalistas (ENGO) e mulheres/gênero (WGC).

Esses grupos são as chamadas *constituencies* – gente que vai às conferências para pressionar quem decide (os governos) de acordo com seus interesses. Realizam reuniões de coordenação, com representantes de diversas partes do mundo e se articulam para fazer ações de incidência sobre seus governos, sobre a presidência das conferências, sobre a secretaria da Convenção e outros alvos. Elas não representam seu país de origem, e sim um segmento globalmente conhecido. Pois bem.

Sentiu falta de alguém? Sim, as comunidades tradicionais ainda não são consideradas uma *constituency* (ou segmento entre os observadores). Mas isso não quer dizer que elas não possam atuar, muito pelo contrário. Construir espaço para suas causas é uma das principais lutas dos PCTs não só na conferência do clima, mas em outras convenções da ONU, como a da Biodiversidade e a do Combate à Desertificação.

Acordo de Paris

O Acordo de Paris é um tratado global, adotado em dezembro de 2015 pelos países signatários da UNFCCC durante a 21ª Conferência das Partes (COP21), que aconteceu na capital francesa. Por meio deste acordo, **os governos se comprometeram em agir para manter o aumento da temperatura média mundial "bem abaixo" dos 2°C em relação aos níveis pré-industriais e em envidar esforços para limitar o aumento a 1,5°C**. Ele rege medidas de redução de emissão de dióxido de carbono a partir de 2020, e tem por objetivos fortalecer a resposta à ameaça da mudança do clima e reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos gerados por essa mudança[1].

Anualmente acontecem as Conferências das Partes (COPs) em uma cidade a partir da indicação de algum país candidato dentro de um rodízio entre os continentes. As COPs duram duas semanas, são geralmente marcadas para os meses de novembro ou dezembro e têm já uma estrutura conhecida:

- plenária de abertura, quando a agenda do que será negociado é aprovada (ou deveria ser);
- cúpula de líderes, quando os chefes de Estado aparecem por um ou dois dias e dão o tom das negociações, podendo realizar declarações e anúncios antes das decisões finais por consenso;
- negociações em si, quando os diplomatas de cada país se dividem em salas para discutir cada tema da agenda, ou cada trilha de negociação, começando já na primeira semana;
- segmento de alto nível, quando os ministros dos países aparecem nas COPs para tentar influenciar os últimos dias de negociação, já na segunda semana;
- plenária final, quando são conhecidos os acordos resultados das negociações dentro de cada trilha, além das chamadas decisões de capa, uma espécie de declaração política da presidência, sem que isso tenha que ter sido aprovado pelos outros países.

Porém, antes da primeira semana de conferência, alguns órgãos dentro da estrutura da UNFCCC já começam a realizar suas reuniões ordinárias. É o caso do Grupo de Trabalho Facilitador (FWG) da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP). Como vamos ver daqui a pouco, este é um espaço importante para a participação das comunidades tradicionais, o que significa que, para estar nele, é preciso chegar ainda mais cedo e permanecer por mais tempo durante as COPs, o que pode ser difícil por causa do cansaço e do custo elevado.

As COPs têm se tornado eventos cada vez maiores, com milhares de pessoas, em espaços amplos que obrigam os participantes a andarem quilômetros diariamente. Eles são divididos basicamente em duas grandes áreas: a **zona azul** e a **zona verde**. A zona azul é um espaço administrado pelas Nações Unidas, onde acontecem os eventos mandatados, os eventos paralelos oficiais, exposições e eventos da presidência. É

1 https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/acordo-de-paris-e-ndc/arquivos/pdf/acordo_paris.pdf

onde está a sala de imprensa, os pavilhões das *constituencies* e dos países, além das salas de negociação. A entrada só é autorizada a pessoas credenciadas como Partes, Observadores ou Mídia. Já a zona verde é um espaço aberto a população em geral (mas é organizado a partir da vontade do país-sede), geralmente localizado bem ao lado da zona azul, onde podem acontecer outras exposições e eventos.

É importante lembrar que todos os anos – entre uma COP e outra – acontece em junho na Alemanha a Conferência de Bonn (na cidade-sede da Convenção do Clima). Trata-se de uma conferência de "meio de percurso", quando os Órgãos Subsidiários (SB) da UNFCCC se reúnem para avançar nas negociações até a COP seguinte dentro de cada uma das trilhas ou temas de negociação.

A Convenção do Clima tem o Órgão Subsidiário de Implementação (SBI), para aprofundar discussões sobre os mecanismos de implantação das decisões tomadas; e tem o Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA), que trata de aspectos científicos e técnicos e instrui a tomada de decisão das Partes. As conferências de Bonn são vistas como "mini COPs" em que os aspectos técnicos das negociações são encaminhados e os desafios políticos deixados para as COPs do fim do ano. Acontecem sempre no World Conference Center, um centro de convenção com espaço conhecido e limitado, o que significa que é mais fácil encontrar com pessoas em reuniões informais ou nos corredores. Em que pesem algumas exceções, Bonn tem esse caráter mais estratégico quando se quer construir uma estratégia de incidência que alcance a esfera de decisão de uma COP, por isso é importante manter essa conferência no radar dos PCTs.

O Grupo de Trabalho Facilitador (FWG) da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas é um dos Órgãos Constituídos *(Constituted Bodies)* da Convenção do Clima ligado ao SBSTA. Isso significa que, em tese, o FWG é a instância que as Partes devem escutar quando tomam uma decisão que envolva povos indígenas e comunidades locais.

Comunidades tradicionais x comunidades locais

Apesar do papel tão central dos PCTs na agenda de clima, ninguém vai encontrar o termo "comunidades tradicionais" na fala dos diplomatas ou no texto dos negociadores nas conferências da ONU. Quem aparece – quando aparece – é o termo "comunidades locais". E é melhor estarmos acostumados e preparados para lidar com isso. Mas será que estamos falando da mesma coisa?

A resposta é "depende". Em cada lugar do mundo, existe um contexto político distinto para nomear grupos como os que, no Brasil, se reconhecem como comunidades tradicionais. Aliás, o Brasil é considerado um dos países com legislação mais avançada e robusta no quesito reconhecimento de direitos a essas populações, se comparado a outras nações! É por este motivo que, **nas oportunidades de fala em ambiente internacional, não adianta usarmos siglas como "PCT", pois isso é específico do Brasil – globalmente não há um entendimento sobre o que significa. Ninguém vai entender**.

Tem governos que não aceitam a presença de povos indígenas e passam chamá-los de "comunidades locais". Em outros, é o contrário que pode acontecer, já que os povos indígenas possuem hoje um arcabouço jurídico internacional mais forte do que o das comunidades locais, como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP, na sigla em inglês)[2]. Tem países em que o segmento de

2 Apesar disso, as comunidades locais fundamentam internacionalmente seu papel funcional como guardiãs da biodiversidade e na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e de Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (UNDROP), bem como nas Convenções sobre Biodiversidade (CBD) e Combate à Desertificação (UNCCD).

comunidades locais representa grupos que ameaçam os territórios dos povos indígenas, como fazendeiros. Em outros, não é assim. Já deu para notar que construir uma compreensão única sobre o que são esses grupos é tarefa complicadíssima, e que, no caso da Convenção do Clima, às vezes coloca povos indígenas e comunidades tradicionais em lados opostos, o que é muito prejudicial para a luta de ambos.

O Fórum Global de Comunidades Locais sobre Mudanças Climáticas (GFLCCC), lançado na COP30, em Belém, em 2025, tem se esforçado para pacificar o entendimento do que são as comunidades locais no nível internacional e defende a compreensão de que as comunidades locais são:

- coletividades cuja identidade se baseia em uma **relação de longo prazo com territórios**, águas e ecossistemas — incluindo grupos territorialmente móveis, como pastoralistas e povos nômades, cujos territórios são definidos por rotas e ciclos ecológicos;
- que possuem **formas próprias de autogovernança**, decisões coletivas, reciprocidade e normas comunitárias;
- que mantêm **continuidade histórica e ancestralidade** por meio da memória coletiva e da transmissão intergeracional de conhecimentos, abrangendo tradições camponesas, afrodescendentes, ribeirinhas, pastoralistas, entre outras;
- que adotam **modos de vida voltados à conservação da biodiversidade**, à restauração de ecossistemas e ao uso sustentável dos recursos naturais;
- e cuja **identidade é distinta e independente do Estado**, derivando fundamentalmente da autoidentificação e da experiência vivida, e não de reconhecimento formal governamental.

Embora essa compreensão ainda esteja sendo construída à base de muito esforço COP após COP, desde os primórdios da Convenção do Clima esse grupo é mencionado. Seu papel foi ainda mais reforçado a partir do Acordo de Paris, em 2015, em decisões como:

- **Decisão 1/CP.21** (parágrafo 135) [2015], que cria a Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP).
- **Decisão 2/CP.24** (parágrafo 4) [2018] e **Decisão 16/CP.26** (parágrafo 12) [2021], por meio do reconhecimento explícito da possibilidade de representação formal na LCIPP.
- **Decisão 14/CP.29** (parágrafo 15) [2024], quando os países e outros órgãos relevantes da Convenção foram incentivados a ampliar o engajamento com comunidades locais.

Mas, na prática, tal qual os povos indígenas, a trajetória de participação das comunidades locais na Convenção do Clima é marcada pela invisibilidade e pela exclusão no processo formal de tomada de decisões.

No percurso das conferências do clima, um marco importante ocorreu na COP 16, em Cancún, no México, em 2010. Naquela ocasião, o termo "comunidades" e a escala "local" foram inseridos no vocabulário operacional da UNFCCC, principalmente no contexto da adaptação. Esta mudança linguística transformou as comunidades locais de meros "vulneráveis" em "parceiros de implementação" indispensáveis.

Afrodescendentes



Coletivos nacionais e internacionais de afrodescendentes também travam sua luta por reconhecimento não só nas conferências do clima, mas em outros espaços de decisão multilaterais. São trajetórias independentes das comunidades locais, mas que se apoiam mutuamente.

1.3 O Grupo de Trabalho Facilitador (FWG) da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP)

A Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP) foi criada no Acordo de Paris por meio da Decisão 1/CP21 parágrafo 135, em que:

> *"Reconhece a necessidade de fortalecer o conhecimento, as tecnologias, as práticas e os esforços das comunidades locais e dos povos indígenas relacionados ao enfrentamento e à resposta às mudanças climáticas, e estabelece uma plataforma para o intercâmbio de experiências e o compartilhamento de melhores práticas sobre mitigação e adaptação de maneira holística e integrada"*

Esta menção no Acordo de Paris foi resultado da incidência do Fórum Internacional de Povos Indígenas sobre Mudança Climática (IIPFCC) nas COPs anteriores e em outros espaços internacionais e ao mesmo tempo o ponto de partida para muitas outras ações de incidência protagonizadas pelos povos indígenas para que esta plataforma não ficasse apenas no papel ou virasse no máximo um website.

Essas articulações progrediram nos anos seguintes até que em dezembro de 2018, na COP24, realizada na cidade polonesa de Katowice, as Partes decidiram criar um órgão constituído para operacionalizar a plataforma, ou seja, fazê-la funcionar. Este órgão, como já vimos, é o *Facilitative Working Group* (FWG) ou Grupo de Trabalho Facilitador, vinculado ao SBSTA enquanto instância técnica sobre comunidades locais e povos indígenas. Ele tem em sua formação 7 membros indígenas e 7 membros que representam as Partes. Na própria COP24, a decisão que criou o FWG trazia também que pelo menos mais 3 membros representando comunidades locais poderiam ser adicionados até a revisão seguinte do FWG, prevista para 2021, mas até hoje isso não aconteceu. Mesmo assim, o FWG passou a ter estrutura para implementar as três funções da plataforma:

- **Função 1 (Conhecimento):** Promover a troca de experiências e boas práticas para fortalecer, proteger e aplicar conhecimentos tradicionais, indígenas e locais no enfrentamento das mudanças climáticas, respeitando o consentimento livre, prévio e informado de seus detentores;
- **Função 2 (Capacidade de engajamento):** Ampliar a capacidade de engajamento de povos indígenas e comunidades locais no processo da UNFCCC, ao mesmo tempo em que prepara Estados e outros atores para interagir com esses grupos;
- **Função 3 (Ações e políticas climáticas):** Facilitar a integração desses diferentes sistemas de conhecimento na formulação e implementação de políticas e ações climáticas, contribuindo para medidas mais ambiciosas e alinhadas aos direitos e interesses desses povos.

Todas as atividades realizadas pelo FWG – chamados **eventos mandatados** *(mandated events)* –– devem estar ligadas a pelo menos uma dessas funções. Os eventos mandatados ocorrem dentro das conferências, ou seja, nas duas semanas seguintes à realização das reuniões bianuais do FWG. Só que, como já vimos, para participar do processo todo é preciso chegar antes.

Os membros do FWG se encontram em reuniões que duram, em média, 4 dias antes da plenária de abertura das Conferências de Bonn e das COPs. Essas reuniões são abertas a contribuintes que precisam fazer um cadastramento específico para o FWG, diferente do registro exigido para entrar nas SBs e COPs. O FWG conta com uma equipe de secretariado responsável por organizar as reuniões, as pautas, convocar os membros e divulgar a agenda, entre outras atribuições, com quem é possível se comunicar, pedir informações e tirar dúvidas – lembrando que na ONU essas comunicações acontecem sempre em inglês. **Nos últimos anos, é nas reuniões do FWG que os PCTs do Brasil têm feito maior incidência para demonstrar que o segmento existe e é importante na estrutura da UNFCCC**.

Periodicamente, os membros do FWG elaboram e implementam planos de trabalho para realizar as três funções da Plataforma[3]. No começo, eram definidas atividades ligadas a cada uma dessas áreas. O atual plano de trabalho da Plataforma para o período 2025-2027, aprovado na COP29, no Azerbaijão, vem trazendo inovações que tentam superar as dificuldades de incidência não apenas dos povos indígenas e das comunidades locais, mas também da própria plataforma como instância da UNFCCC, ainda desconhecida por muitos e, por isso, pouco considerada nos processos de negociação.

3º Plano de Trabalho Trienal do FWG (2025-2027)

- **Abordagem coletiva 1:** reunião de detentores de conhecimento (1 por ano)
- **Abordagem coletiva 2:** engajamento regional (2 reuniões regionais ou birregionais/ano)
- **Abordagem coletiva 3:** Mesa redonda de sétima geração (1 por ano)
- **Abordagem coletiva 4:** colaboração com órgãos constituídos e subgrupos de trabalho da UNFCCC
- **Abordagem coletiva 5:** engajamento aprimorado com as Partes (diálogo anual)
- **Abordagem coletiva 6:** planejamento estratégico geral

Atualmente, não há entre os membros do FWG ninguém que esteja lá em nome das comunidades locais porque o processo de indicação não foi sequer desenhado. Diante da presença das comunidades nas reuniões do FWG nos últimos anos, alguns (poucos) representantes dos povos indígenas e das Partes têm demonstrado simpatia e proximidade com este segmento, ajudando a construir oportunidades de incidência nas trilhas de negociação climáticas de interesse. Mas não tem sido um processo fácil.

3 Os primeiros planos de trabalho tinham duração de 2 anos, depois passaram a ter 3 anos e o próximo (2028-2031) terá quatro anos, obedecendo à decisão tomada na COP29, em Baku.

FWG como palco de tensões entre comunidades locais e povos indígenas

Com a Plataforma e o FWG, embora tenha havido avanço na participação de povos indígenas e comunidades locais nos processos da UNFCCC, esse reconhecimento não se traduz em influência real nos processos decisórios. Ao mesmo tempo, as Partes seguem associando comunidades locais aos povos indígenas, aproveitando a visibilidade política já conquistada por estes últimos. Isso tem causado tensão.

Representantes indígenas costumam denunciar que os Estados – sobretudo aqueles que não reconhecem seus direitos – forçam e deturpam a sua luta ao **tentar confundir ou incluir grupos não indígenas nos textos, referências e espaços cuja incidência se deu por esforço e competência indígena**. Essa questão de origem é, aliás, um dos principais incômodos em torno da LCIPP.

Detalhes que importam...

Na ONU, convencionou-se usar o termo Povos Indígenas com letra maiúscula e no plural nas decisões – em diferenciação a comunidades locais, sempre em minúscula – sob a justificativa de que os primeiros são detentores de direitos coletivos, não apenas individuais, de acordo com a UNDRIP.

O uso de "ou" em vez de "e" quando povos indígenas e comunidades locais aparecem juntos é fator ainda mais problemático, pois insinua equivalência entre os grupos. Os indígenas defendem que as decisões devem frisar explicitamente o respeito à autoidentificação, prevenindo que os Estados definam quem são os povos indígenas e quem não são. E, ainda, precisam reforçar sempre a necessidade de consentimento livre, prévio e informado junto aos povos indígenas. Formulações que contém "quando apropriado", "quando relevante", ou "sujeito a circunstâncias nacionais" nos textos das decisões são interpretadas como limitadoras dos direitos indígenas. /

Embora avalie-se não haver força política para uma eventual separação de comunidades locais e povos indígenas na LCIPP, historicamente não tem havido engajamento suficiente dos Estados, tampouco apoio dos representantes indígenas, para facilitar a inclusão das comunidades locais enquanto membros do FWG.

A diplomacia do Brasil tem sido aliada no esforço de valorizar as comunidades locais sustentando que, sob a UNFCCC, **povos indígenas e comunidades locais encontram-se na mesma condição de coletivos vulnerabilizados pelas alterações climáticas por sofrerem desvantagens econômicas, discriminação e impactos mais diretos nas áreas rurais**.

Na medida em que mais representantes de comunidades tradicionais passaram a frequentar as reuniões do FWG e a se manifestar de forma contundente por uma participação mais equitativa, o caso brasileiro passou a ser visto por alguns representantes indígenas como exceção, razão pela qual não deveria ser levado em consideração para decisões no ambiente internacional. Isso reforça a **estratégia fundamental de que os brasileiros não busquem reconhecimento internacional das comunidades locais sozinhos, mas sempre em articulação com representantes de outros países.**

A presença massiva de organizações representativas de comunidades locais e organizações observadoras aliadas no FWG tem tido o objetivo de mostrar para os demais participantes que as comunidades locais estão presentes, engajadas e interessadas nas construções que buscam influenciar as negociações climáticas. Isso vem mudando o tom das conversas entorno da próxima revisão do FWG, na COP32, prevista

para acontecer na cidade de Adis Abeba, na Etiópia, em 2027. Até esta COP, propostas concretas sobre novos arranjos que acomodem as comunidades locais na estrutura do FWG poderão ser feitas e enviadas para aprovação das Partes – e, para que a mudança ocorra, muitas ações de incidência precisarão ser realizadas pelas comunidades locais de todo o mundo.

1.4 Os PCTs e as trilhas de negociação

A partir das decisões a cada COP surgem novos temas de negociação (e mais siglas!), que passarão a ser incluídos e discutidos nas conferências seguintes. De modo bem simplificado, os carros-chefe de negociações na UNFCCC são mitigação (reduzir emissões) e adaptação (se preparar para enfrentar as mudanças), mas as comunidades tradicionais sabem que no território a lógica não é bem assim.

Um território *pode: armazenar carbono, evitar desmatamento, conservar a biodiversidade, produzir alimentos, diversificar a renda, melhorar a resiliência diante de secas, proteger o solo, preservar a cultura. Ou seja,* ***pode produzir resultados muito além da mitigação e da adaptação juntos!***

Ainda assim, como enxergar a lógica territorial dentro das caixinhas dos temas de negociação da UNFCCC e conseguir influenciar os processos?

Para uma estratégia de incidência das comunidades tradicionais é preciso compreender onde as decisões climáticas produzem efeitos territoriais e onde as comunidades conseguem influenciar essas decisões. Então, abaixo seguem sugestões[4] para que lideranças PCTs e organizações apoiadoras fiquem atentas na UNFCCC:



Transição justa



Agricultura, florestas e outros usos da terra



Financiamento climático



Transparência



Perdas e danos



Mitigação, Balanço Global (GST) e Artigo 6



Adaptação



Gênero

4 A Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas é uma trilha importantíssima para PCTs e por isso ela tem um item específico neste guia.



1.4.1 Programa de Trabalho sobre Transição Justa (JTWP)

O JTWP foi criado para discutir como alcançar os objetivos do Acordo de Paris de maneira justa e equitativa. E diversas organizações têm buscado acompanhar esta trilha na tentativa de conectar a negociação internacional às realidades nacionais e locais. Esta agenda é muito relevante para PCTs porque a transição dos modos de produção pode produzir novas pressões territoriais, como a exploração de minerais críticos, a expansão de infraestrutura energética, hidrogênio, energias renováveis, mudanças nos sistemas produtivos etc.

Portanto, o JTWP é um espaço para perguntar: transição para quê, para quem, em que território e com quais direitos?

Tendo isto em mente, dependendo do rumo que os negociadores do nosso país estiverem tomando nas discussões sobre transição justa, cabe uma tentativa de conversa, a escrita de uma nota, o acionamento da imprensa, contato com outros observadores etc.



1.4.2 Agricultura, florestas e outros usos da terra (AFOLU)

Esta trilha é uma das que apresentam maiores repercussões locais para os territórios e modos de vida das comunidades tradicionais. Por isso, permite contribuições diretas nos temas de florestas e desmatamento; agricultura e sistemas alimentares; manejo e gestão territorial; conservação da biodiversidade; restauração; conhecimentos tradicionais; direitos de povos e comunidades tradicionais; mercados de carbono; soluções baseadas na natureza; segurança alimentar e outras. São, portanto, muitos temas em um!

Para comunidades tradicionais, esta é uma oportunidade política importante: evitar que seus sistemas de manejo e seu conhecimento sejam enquadrados exclusivamente como sistemas agrícolas (de interesse meramente produtivo, como se fossem fazendeiros). Ao acompanhar esta agenda, cabe ter em mente que as discussões devem comportar temas como sementes tradicionais, roças e, agroflorestas; pesca e extrativismo; manejo comunitário; diversidade e segurança alimentar; e adaptação.

Dentro deste tema, a dimensão florestal é particularmente importante, pois carrega a discussão sobre "Quem protege essas florestas? Sob quais direitos? Com quais recursos? E quem decide como esses recursos serão utilizados?" – alcançando em cheio as demandas nacionais das comunidades e podendo elevá-las ao nível internacional. A atuação de comunidades tradicionais nesta agenda não só consolida essa estratégia, mas abre portas para construir, na UNFCCC, o entendimento de que elas devem ser agentes centrais da governança climática, e não apenas beneficiárias das políticas. Por isso, a incidência de PCTs pode e deve explorar essa linha estratégica.

Além disso, pode se conectar com o tema das cadeias da sociobiodiversidade ou bioeconomia, o que permite que as comunidades possam levantar bandeiras essenciais na UNFCCC como direitos territoriais, governança comunitária, repartição justa de benefícios, proteção dos conhecimentos tradicionais, consulta e consentimento livre, prévio e informado e financiamento direto.



1.4.3 Financiamento climático

O desafio do financiamento climático atravessa todas as mesas de negociação e é sempre o ponto que faz travar as negociações. Afinal, quem vai pagar a conta?

Conforme o Acordo de Paris, financiamento climático é um assunto de responsabilidade sobretudo dos países desenvolvidos. Eles têm obrigação de fornecer recursos financeiros (nas negociações sob a expressão de "meios de implementação") para apoiar os países em desenvolvimento nas ações de mitigação, adaptação e outras. Dado o agravamento da crise climática e seus impactos, o financiamento necessário está hoje na ordem dos trilhões de dólares anuais. Mas os compromissos estão bem longe disso ainda. A sociedade civil e os países em desenvolvimento defendem que os recursos deveriam ser disponibilizados na forma de doações e não de "empréstimo" (dos ricos para os pobres) pois agrava a crise fiscal nos países que enfrentam os maiores impactos e que contribuíram menos com o problema.

Dentre os diversos mecanismos financeiros na UNFCCC, destacam-se o Fundo Verde do Clima (GCF), o Fundo de Adaptação (AF), o Comitê Permanente de Financiamento, o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), o Fundo Especial para Mudanças Climáticas (SCCF) e o Fundo para Países Menos Desenvolvidos (LDCF). Esses mecanismos, entretanto, não atendem às reais necessidades de financiamento dos povos indígenas e das comunidades locais.

De acordo com um relatório da Rainforest Foundation Norway, de 2021, a ajuda internacional para apoiar a posse da terra e a gestão florestal por povos indígenas e comunidades locais foi, em média, de apenas 270 milhões de dólares por ano entre 2011 e 2020 – o equivalente a menos de 1% da ajuda climática internacional. Além disso, o acesso a financiamento climático tem tido obstáculos como projetos de curto prazo e grande número de intermediários fazendo com que poucos recursos aterrissem nos territórios.

Por isso, a demanda por financiamento direto tem sido uma bandeira cada vez mais forte vocalizada por povos indígenas e também pelas comunidades locais, inclusive a partir do fortalecimento e expansão de fundos comunitários capazes de gerir e aplicar os recursos nos territórios.



1.4.4 Transparência

A agenda de transparência pode representar outra boa oportunidade de incidência para as comunidades tradicionais. O Artigo 13 do Acordo de Paris, por meio da Estrutura de Transparência Aprimorada (ETF), estabelece como os países reportam suas ações e resultados climáticos. Portanto, interessa incidir sobre: o que os países dizem que estão fazendo no território corresponde ao que efetivamente está acontecendo?

Analisando-se os relatórios bianuais de transparência que os governos precisam apresentar na UNFCCC, as comunidades podem identificar lacunas e inconsistências e, em seus posicionamentos e submissões, apontá-los publicamente. Ou, numa outra estratégia, usar essas análises para pautar o diálogo com negociadores.



1.4.5 Perdas e Danos

Os impactos provocados pelas mudanças climáticas que já são uma realidade, apesar dos esforços de mitigação e adaptação, são o que se chama de perdas e danos na UNFCCC. Elas podem ser econômicas (propriedades e infraestrutura) ou não econômicas (impactos sociais e culturais). Esta agenda se tornou uma das principais para povos indígenas e também está entre as preocupações das comunidades locais, principalmente porque como os sistemas de conhecimentos tradicionais costumam operar ligados à natureza. Num planeta desequilibrado, os impactos culturais acontecem, mas podem ficar invisíveis.

A Convenção do Clima criou em 2013 o Mecanismo Internacional para Perdas e Danos de Varsóvia (WIM), como resposta à pressão de países vulneráveis por um mecanismo específico de perdas e danos associados aos impactos das mudanças climáticas. Quando veio o Acordo de Paris (2015), foi estabelecido um Comitê Executivo (ExCom) para o desenvolvimento de trabalhos pelo WIM e, em 2019, lançada a Rede de Santiago para assistência técnica. Na COP27, no Egito, foi anunciado um Fundo de Resposta a Perdas e Danos (FRLD), operacionalizado no ano seguinte com a definição de sua governança e compromissos financeiros. Nessa estrutura, foi criado o Grupo de Especialistas em Perdas Não Econômicas (NELS), que reconhece o que chama de "conhecimento local e indígena" como uma fonte de informação para relatórios que produz direcionados a impactos de países vulneráveis. Todas essas discussões podem interessar (e muito) as comunidades tradicionais na agenda internacional de clima.



1.4.6 Mitigação, Balanço Global (GST) e Artigo 6

A UNFCCC foi criada em 1992 com o objetivo de estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que evitaria interferência antropogênica perigosa com o sistema climático, lembra? Para fazer isso, territórios de povos indígenas, comunidades tradicionais e afrodescendentes mundo afora podem ser impactados com projetos de energia renovável, REDD+ e as falsas soluções climáticas. Por isso a agenda de mitigação está diretamente conectada com a de transição justa.

Na mitigação, determina o Acordo de Paris que as Partes elaborem suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), ou seja, mostrando o que pretendem fazer e como para reduzirem as emissões – são as metas nacionais de redução de emissões. É vital observar como as comunidades tradicionais têm sido mencionadas nesses documentos, pois são justamente compromissos domésticos, ou políticas públicas nacionais em jogo.

O Programa de Trabalho de Mitigação (MWP), criado na COP26 para tentar dar escala à ambição de mitigação e implementação nesta década, é ainda a principal trilha nesta temática sobre o qual as comunidades devem incidir. Ela se debruça justamente sobre qual deve ser sua influência sobre as políticas nacionais, o que provoca profundas disputas entre os países nesta agenda.

- **Balanço Global (GST)**

O Balanço Global, embora não seja exatamente uma trilha só de mitigação, avalia coletivamente a cada cinco anos onde o mundo está em relação aos objetivos do Acordo de Paris e deveria orientar o aumento da ambição das NDCs. Depois que os países (mas nem todos) declararam o que fizeram (e não fizeram) para alcançar (ou não) suas metas, constatou-se o que já se sabia: ainda estamos longe de atingir a redução necessária de emissões, precisamos acelerar a transição energética, afastar-se dos combustíveis fósseis e reduzir o desmatamento e a degradação florestal.

Para discutir como implementar os resultados da primeira rodada do GST, concluída em 2023, as Partes criaram o Diálogo dos Emirados Árabes Unidos (UAE Dialogue), que produzirá relatórios para o segundo ciclo do Balanço Global, que deve ocorrer em 2028.

- **Artigo 6**

O Artigo 6 do Acordo de Paris está intimamente ligado à mitigação, mas com o diferencial de focar na cooperação voluntária entre países para implementar suas NDCs. Ou seja, sob esta trilha se discute o como reduzir as emissões e não o quanto. E quando se trata da relação entre países (e empresas) na comercialização de créditos de carbono, o assunto vai ficando bem inacessível pois aprofundam-se metodologias e matemáticas complexas. Parece até que foram feitas para ninguém entender!

Esta trilha tem basicamente três instrumentos:

Artigo 6.2: sobre transferência internacional de resultados de mitigação — os chamados ITMOs.
Artigo 6.4: que discute o Mecanismo de Crédito do Acordo de Paris (PACM).
Artigo 6.8: que avança sobre abordagens não mercadológicas (NMAs).

A UNFCCC instituiu um órgão de governança sobre o Artigo 6.4 chamado Órgão de Supervisão *(Supervisory Body)*, que estabelece os requisitos e processos para a aplicação de salvaguardas sociais e ambientais robustas nos mercados de carbono. Vale a pena ficar de olho na agenda deste órgão se a ideia é incidir na área de mercado de carbono. As Partes interessadas podem recorrer às decisões do Órgão de Supervisão ou solicitar que uma reclamação seja tratada por um processo independente de resolução de queixas. Em 2023, o órgão abriu submissões a respeito de como o Artigo 6.4 deve considerar "questões relacionadas aos povos indígenas e comunidades locais".

Agora que as regras para o funcionamento do mercado de carbono foram estabelecidas na UNFCCC, no chão dos territórios cabe às comunidades ficarem alertas para abordagens abusivas das empresas, intimidações, ameaças e outros problemas que esta suposta solução esteja trazendo. A UNFCCC, através desta trilha, deve ser um espaço para onde os casos concretos são levados, para que os desafios desse mercado sejam conhecidos e enfrentados!

As discussões sobre os NMAs, por sua vez, têm atraído o interesse das comunidades locais e dos povos indígenas por representarem, na prática, a possibilidade de os países se comprometerem com ações de caráter mais estruturante para a redução de emissões – sem dependerem da comercialização de carbono para alcançar este objetivo. Aqui entra a discussão sobre compromisso dos governos com suas políticas públicas e com orçamento público, que tem espaço para pressão por mais ambição!



1.4.7 Adaptação

Se a ação dos países para reduzir as emissões está bem aquém do necessário, significa que cada vez mais temos que correr para nos preparar para impactos maiores. A emergência das alterações climáticas tem feito a trilha de adaptação ganhar mais peso nas negociações – o que se reflete na busca por mais financiamento.

A principal agenda da UNFCCC no campo da adaptação chama-se Objetivo Global de Adaptação (GGA). Hoje a negociação está concentrada principalmente nos Indicadores de Adaptação de Belém (BAI), na Visão Belém–Addis, voltada ao aprimoramento dos indicadores, metodologias e metadados e no Roteiro de Adaptação de Baku (BAR). E um dos pontos críticos tem sido como medir progresso em adaptação sem

transformar os indicadores em metas obrigatórias ou prescritivas. Dá pra notar que os países não querem se comprometer tanto assim.

Todas as Partes precisam construir seus Planos Nacionais de Adaptação (NAPs), contendo vulnerabilidades, prioridades, políticas públicas e recursos existentes, e a captar para implementar seus planos. Nesse sentido, as comunidades tradicionais precisam estar muito bem incluídas nas estratégias domésticas de enfrentar as mudanças climáticas, sobretudo quando se discute quem paga a conta, já que países em desenvolvimento buscam financiamento dos países desenvolvidos para esse custeio.

O governo do Brasil concluiu em 2025 seu NAP, o Plano Clima Adaptação, com 16 planos temáticos. Um deles é o Plano Temático de Povos e Comunidades Tradicionais, que ambiciona ser um "um marco na agenda de adaptação do tema, direcionando mudanças estruturais e necessárias para a redução das vulnerabilidades climáticas e a garantia da resiliência de pessoas, sistemas e atividades que estão em seu escopo de atuação"[5]. Implementar esta política pública nacionalmente ensina e impulsiona os movimentos que as comunidades podem fazer nas conferências do clima.



1.4.8 Gênero

Representantes de comunidades locais presentes às conferências do Clima têm reforçado, cada vez mais, que mulheres enfrentam riscos climáticos desproporcionais, e, paradoxalmente, são elas que lideram a restauração de ecossistemas, preservação de sementes e gestão da água. Por causa dessa força, nos últimos anos, observam-se conquistas na área de gênero na UNFCCC, como uma maior participação de mulheres nas COPs – elas são, inclusive, uma *constituency*, a qual, aliás, as comunidades tradicionais podem se vincular.

O Programa de Trabalho de Lima sobre Gênero (LWPG), estabelecido na COP20 (2014), é considerado a primeira estrutura abrangente a abordar este tema na política climática, reconhecendo o papel vital das mulheres e determinando políticas climáticas sensíveis às questões de gênero. Neste âmbito, foi adotado na COP23 em Bonn (2017) o Plano de Ação de Gênero (GAP) inicialmente por cinco anos (2017-2022) e depois renovado na COP29 para mais dez anos (2026-2034).

Plano de Ação de Gênero (GAP)

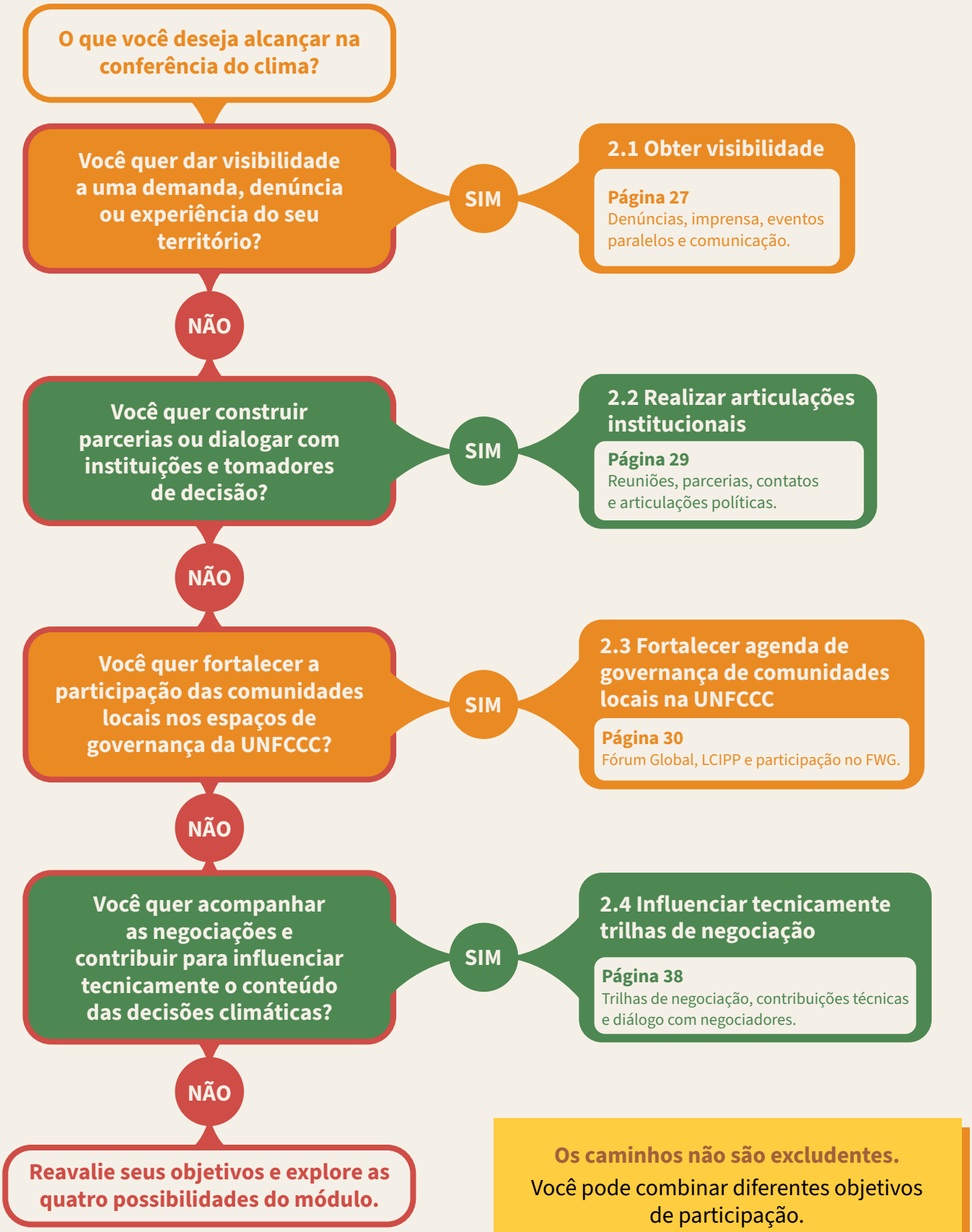
O GAP amplia o reconhecimento do papel de mulheres de comunidades locais e indígenas na ação climática, prevendo diversas formas de apoio, como capacitação, ferramentas de comunicação e espaços de intercâmbio adaptados aos seus contextos e conhecimentos. O plano também busca promover a participação plena, significativa e igualitária, e a condução dessas mulheres nos processos de decisão climática, por meio de formação em liderança e negociação, redes de articulação e redução de barreiras à participação. Para isso, prevê apoio financeiro para viagens e capacitação, bem como maior acesso a financiamento climático por organizações de mulheres, povos indígenas e comunidades locais. Por fim, incentiva soluções climáticas sensíveis a gênero que valorizem e protejam conhecimentos indígenas, tradicionais e locais e contribuam para a resiliência climática, a adaptação e soluções baseadas na natureza.

5 Plano Temático PCT (Plano Clima Adaptação, p.11)

Módulo 2

Participando das conferências do clima

RESPONDA ÀS PERGUNTAS E DESCUBRA POR ONDE COMEÇAR PARA ALCANÇAR SEUS OBJETIVOS NAS CONFERÊNCIAS DO CLIMA.



Os caminhos não são excludentes.
Você pode combinar diferentes objetivos de participação.

2. Uma viagem, muitas possibilidades

Participar de agendas internacionais geralmente representa um alto investimento para as organizações, por isso alcançar o que se pretende **sem desperdício e mantendo o foco** é garantia de que, na volta para casa, os esforços terão valido a pena. Mas como fazer a diferença nas conferências do clima? São muitas possibilidades e aqui apresentaremos quatro delas.

Mas antes é preciso desmontar algumas fantasias e se preparar. E o ponto de partida nessa preparação é estar bem legitimado e ser apoiado por sua organização ou comunidade.

Receba o apoio da sua comunidade

Conversas prévias internas e o compartilhamento de ideias, agendas e narrativas antes de sair do seu território é a lição número 1 de uma viagem como essa.



É comum ouvir por aí que participar de uma conferência do clima é privilégio ou prêmio, quando na verdade é uma missão cheia de responsabilidades e dificuldades:

- A diferença de **fuso horário** requer que no planejamento haja pelo menos um dia livre após a chegada e, se possível, momentos de folga dentro da programação para que não fique tão extenuante.
- A **comunicação em outras línguas ou a dependência de um parceiro que traduza** torna o dia a dia mais cansativo, pois requer atenção extra para entender desde o mais básico até os temas de interesse de incidência.
- Você provavelmente vai passar o dia todo longe do hotel e precisará caminhar bastante para circular no centro de convenções ou na cidade-sede, por isso use **roupas e sapatos confortáveis**.
- A alimentação também pode ser um desafio, pois nem sempre é possível encontrar pratos ou ingredientes conhecidos, o que limita as opções e aumenta a saudade de casa. Por isso, leve **lanchinhos e água na mochila**.

Depois de uma ou duas semanas assim, pode bater o desânimo e até a vontade de deixar de participar das atividades. Para evitar tudo isso, o segredo é assumir o que se quer (porque tudo ao mesmo tempo não dá!) e fazer bem feito.

Para começo de conversa, para transitar bem pelos corredores e salas das conferências do clima, é primordial conhecer as regras do espaço. Violá-las pode custar sua participação e da organização ou país que te credenciou, além de outras consequências legais.



Código de conduta - tem que saber!

A UNFCCC tem um código de conduta que se aplica a todos os participantes e foi criado para garantir que as negociações transcorram num ambiente respeitoso e seguro. É muito importante dominar essas regras, principalmente através processos formativos preparatórios para as conferências.

- Coopere e cumpra as solicitações e instruções dos funcionários das Nações Unidas e das equipes de segurança.
- Só faça manifestações quando previamente autorizadas.
- Nunca ceda seu crachá para outra pessoa. Ele é intransferível.
- Sempre deixe o crachá visível.
- Mostre seu passaporte sempre que a equipe da ONU solicitar.
- Não use bandeiras dos países em ações de *advocacy*.
- Não use o logotipo da UNFCCC sem autorização prévia.
- Não bloqueie a circulação dos participantes.
- Não distribua materiais informativos fora das áreas designadas, como as exposições.

Regras para fotos e vídeos

- Fotos, gravação de áudio e vídeo são permitidos em áreas públicas (saguões e corredores) e em salas de reunião, desde que não atrapalhem atividades, circulação ou segurança.
- Ao fotografar ou filmar pessoas, peça autorização previamente.
- É proibido gravar áudio ou vídeo durante reuniões oficiais.
- Também é proibido gravar em zonas de alta segurança.
- Para reuniões plenárias oficiais abertas, a própria UNFCCC disponibiliza gravações e webcasts, que podem ser utilizados posteriormente.
- Fotógrafos, cinegrafistas e produtores profissionais/comerciais que acompanhem uma delegação devem ser identificados na lista da delegação, com indicação da finalidade do trabalho.
- Esses profissionais precisam de aprovação da Secretaria da UNFCCC e podem receber acompanhamento da equipe da ONU ou da segurança para acessar determinadas áreas.

RESUMINDO: se a atividade puder interferir na reunião, circulação ou segurança, ou envolver uma área restrita, não faça a gravação sem autorização prévia.

Assédio, um assunto muito sério

A Partes e as organizações observadoras são responsáveis pela conduta de seus representantes, contratados e demais integrantes de suas equipes de apoio. Qualquer comportamento incompatível com o Código de Conduta poderá afetar a participação do indivíduo e/ou da Parte ou organização observadora correspondente em eventos atuais ou futuros da UNFCCC.

Definição de assédio na UNFCCC: **qualquer conduta imprópria ou indesejada que possa razoavelmente ser entendida ou percebida como capaz de causar ofensa ou humilhação a outra pessoa**. É proibido, nos eventos da UNFCCC, qualquer tipo de assédio motivado por gênero, identidade e expressão de gênero, orientação sexual, capacidade física, aparência física, etnia, raça, nacionalidade de origem, filiação política, idade, religião ou qualquer outro motivo.

Agora que já conhecemos as regras do espaço, vamos explorar alguns dos objetivos mais interessantes para quem se envolve na agenda internacional de clima. Lembre-se que você pode escolher um objetivo apenas ou combinar vários, o que terá consequências no tempo de viagem e no tipo de preparação necessária.

INSTRUÇÕES - utilize para se orientar no decorrer do módulo.



o ícone da folha é direcionada para **organização apoiadora**



o ícone do indígena é direcionada para **liderança PCT**

2.1 Obter visibilidade (usar os espaços para fazer denúncias ou ressaltar potencialidades do trabalho local)

As conferências do clima não devem ser vistas só como lugar onde se tenta influenciar as trilhas de negociação. Elas são um **espaço político, diplomático, midiático e de articulação**. A sociedade civil como um todo e, claro, as comunidades tradicionais, podem conseguir impacto em termos de visibilidade internacional quando estão organizadas nas conferências do clima.

Mas nem sempre as comunidades locais podem ou querem priorizar a atuação internacional em meio a outras demandas e ações políticas nos territórios. Só que quando surge uma oportunidade de estar numa conferência, é possível construir e fazer bom uso de espaços de fala para elevar ao nível internacional demandas e problemas que têm visibilidade restrita. Quando se tem clareza de que se quer **aproveitar um momento único para tentar aumentar o peso político de uma causa territorial**, é bom não desperdiçarmos energia nem recurso financeiro. Nesses casos, o **investimento em comunicação** tem que ser muito bem feito.

PREPARANDO-SE

Ultimamente, com a maior participação das comunidades locais no FWG, direcionam-se esforços de fala para esta reunião. Porém**, o FWG <u>não</u> é o melhor espaço para fazer denúncias sobre questões territoriais dentro do seu país**, a menos que isso possa representar muito bem um problema global conectado a uma questão da agenda deste órgão.

Assim, com um ponto de denúncia ou problema em que se busque maior visibilidade, é preciso construir muito bem não só seu conteúdo (dicas no Módulo 3), e sim o momento mais estratégico para apresentá-la. Pode ser num evento paralelo, numa ação de *advocacy* ou uma ação/posicionamento direcionado aos jornalistas do Brasil presentes à conferência.



É possível saber com antecedência **quais jornalistas brasileiros estarão na conferência**. Eles geralmente têm mais apetite para pautas nacionais no ambiente internacional, o que é perfeito para este objetivo. Elaborar um *briefing* da liderança PCT na conferência do clima e distribui-la para esses jornalistas na sala de imprensa, divulgando contatos, meios de acessá-la e conectando a pauta local aos temas da Convenção pode ser uma ação que entregue o resultado de visibilidade esperado.

Este também pode ser o caso de investir pesado em influenciadores, comunicadores populares ou preparar a liderança para que possa gravar vídeos e dar depoimentos sobre seu dia a dia na conferência.

DIA A DIA NA CONFERÊNCIA

É possível agendar conferências de imprensa com poucas semanas de antecedência se você é uma organização observadora ou tem relação com uma. Articular-se com ela é vital para garantir esses espaços em que a própria UNFCCC se encarrega de gravar e disponibilizar a transmissão do evento.

Para aproveitar as conferências e denunciar alguma violação, sugerimos alguns passos:



1. Organizar uma coletiva de imprensa (agendando no sistema da UNFCCC) e divulgando para jornalistas e comunicadores conhecidos.



2. Preparar um dossiê curto sobre o caso e entregá-lo a outras organizações parceiras, à imprensa e aos membros do governo brasileiro nos corredores.



3. Levar a história para um evento paralelo (a organização apoiadora pode estar organizando ou encaixando sua participação em um evento de outro parceiro).



4. Produzir uma ação de *advocacy*, respeitando as regras do código de conduta.



5. Cobrir a participação das comunidades tradicionais com apoio da comunicação.

Neste caso, o tempo de permanência na conferência do clima não deve se balizar necessariamente pelo tempo das negociações e sim pelo período em que a ação de visibilidade deve levar. É bem possível condensar esse percurso em **uma semana ou menos**.

O CAMINHO DA VOLTA E PRÓXIMOS PASSOS

O dia da volta é geralmente um momento de alívio, quando o cansaço já se apresenta. Enquanto se está na conferência, a vida segue nos territórios e, assim que chegamos, já tem bastante coisa acumulada pra fazer. É muito comum deixar pra depois o momento de socializar com a organização ou coletivo o que se fez na conferência, resultados e desdobramentos.

- Lembre-se de **tirar uns dias para descansar** depois de tanta mudança e porque ficamos um pouco desorientados com a diferença de fuso horário.
- Faça uma **reunião de balanço ou avaliação da ação** de visibilidade, cuidando para as oportunidades que surgiram no caminho e para as novas relações estabelecidas graças à presença internacional. Responder à pregunta: "Por que valeu a pena?" pode ser um bom norteador. Este tipo de reunião pode envolver parceiros e membros das comunidades de base.
- Uma ação de incidência baseada numa denúncia feita em ambiente internacional com apoio de um relatório ou dossiê pode ter continuidade no retorno na medida em que se acompanha sua repercussão nacionalmente. A organização apoiadora pode auxiliar a liderança PCT nesse **monitoramento junto a ministérios, órgãos estaduais, imprensa e parceiros, cobrando promessas e compromissos que tenham sido feitos no momento da denúncia e gerando mais atualizações** em cima disso.
- Produzir informações sobre a situação de violação vivida nos territórios após a denúncia e eventuais promessas de solução é uma forma de **manter o tema vivo acionando os contatos de comunicação nacionais que se envolveram na ação internacional**. Isso, em si, pode motivar mais reportagens e ações de comunicação como desdobramentos.

2.2 Realizar articulações institucionais

As conferências do clima podem ser também bons espaços para encontros que dificilmente seriam possíveis no nosso país. Os brasileiros costumam se reunir no **Pavilhão do Brasil**, que geralmente tem agendas de eventos mais ligados aos temas nacionais, ou em pavilhões de organizações da sociedade civil. Não é difícil esbarrar com parlamentares mais sensíveis à agenda ambiental ou com pesquisadores e personalidades conhecidas.

Os governadores e políticos estaduais também têm frequentado cada vez mais as COPs, pois usam esses eventos para anunciar programas sub-nacionais sobre clima e aproveitam o espaço para se articularem com outros governos e empresas.

Uma vez na cidade-sede da conferência, circulam **convites para diversas reuniões e eventos fora do espaço da convenção** (da *venue*, como se diz) – tudo isso são oportunidades para conversar com atuais ou futuros parceiros, para apresentar os trabalhos da organização, defender posicionamentos e tentar influenciar tomadores de decisão e formadores de opinião.

PREPARANDO-SE

Comunidades tradicionais do Brasil e organizações apoiadoras têm feito um esforço de se apoiar e se ajudar desde antes das conferências, em **processos formativos conjuntos** que potencializam a força da representação deste segmento e do nosso país internacionalmente. São oficinas, seminários ou palestras que acontecem de um a dois meses antes das conferências. Depois dessas formações, geralmente **monta-**

se um grupo para que, na conferência, todos possam estar informados sobre a agenda uns dos outros. É sempre mais efetivo quando nos comportamos como um grande coletivo, o que traz vantagens logísticas, quando há emergências, e também do ponto de vista político.



É importante que você tenha disposição para se comunicar, possua legitimidade dentro da sua organização ou coletivo e domine sua história, sabendo identificar desafios dentro de seu contexto e questões objetivas diante de interlocutores (como membros de outras organizações apoiadores, financiadores, políticos e outros).

- Prepare discursos ou **apresentações curtas** sobre sua realidade e suas necessidades, sempre buscando conectá-las à temática de clima (mais detalhes no Módulo 3).
- Lembre-se de, em se comunicando com pessoas de outros países, começar localizando seu local de origem (Brasil, região do Cerrado, etc) sem muitos detalhes geográficos que possam dificultar a compreensão.
- Antes da viagem, **anuncie sua ida, sua agenda e seus propósitos** em vídeo ou postagens nas redes sociais para que mais pessoas saibam que você estará na conferência.



Levante a agenda de viagens e compromissos de políticos e parceiros de interesse, pois eles geralmente anunciam sua ida com algumas semanas de antecedência. Se souber, ainda no Brasil, quem estará viajando, tente marcar um encontro com essas pessoas durante os dias da conferência ou procure atender à agenda delas.

- Prepare materiais de comunicação sobre a sua organização e a sua causa **em inglês** para distribuir a essas pessoas.
- Ultimamente, tem-se evitado o uso excessivo de papel, então divulgar um *QR code* também funciona. Levar broches (*bottons*) da organização ou brindes é sempre bom também, cuidando para não pesar muito na bagagem.
- Considerando que este objetivo requer disponibilidade para encontros, **procure não preencher totalmente a agenda** da liderança PCT para que haja flexibilidade e tempo suficiente para construir relações durante a conferência.
- Ajude a **divulgar em canais estratégicos a presença da liderança PCT** a fim de otimizar agendas de articulação relevantes durante a conferência, buscando sempre legendar/traduzir sua mensagem para o inglês e/ou espanhol.

DIA A DIA NA CONFERÊNCIA

Se a intenção é estreitar relações e construir novas**,** nas COPs reserve **tempo para conhecer stands e pavilhões** de outros países, de governos, organizações da sociedade civil e *constituencies*, ou seja, segmentos de observadores reconhecidos oficialmente na convenção. Esses espaços estão principalmente na zona azul, mas também na zona verde (se houver). Lá, é possível assistir a mesas e palestras, conversar com pessoas, conhecer calendário de outros eventos, levar materiais de comunicação, deixar seu contato, enfim, **estabelecer conexões**. Para este objetivo, prepare-se para circular pela cidade também, pois muitas dessas agendas acontecem fora do espaço da convenção.



Consulte a **lista de eventos paralelos da zona azul**[6] para identificar as mesas com as temáticas de maior interesse ou pessoas e instituições com quem se deseja fazer alguma aproximação. Comece montando e atualizando sua agenda a partir daí.

6 A cada conferência, a lista pode ser encontrada aqui: https://seors.unfccc.int/reports/events_list.html

O CAMINHO DE VOLTA E PRÓXIMOS PASSOS

As recomendações de retorno são muito parecidas às do objetivo 1 (volte para a página xx), sendo importante lembrar também que:



Você organize sua agenda para priorizar o repasse de informações sobre a conferência para a sua comunidade de modo planejado e estruturado (sugestões no Módulo 3). O ideal, dentro de projetos que apoiam a participação de lideranças locais nas conferências, é incluir como uma atividade a **devolutiva para a comunidade**. Contar sobre a viagem, com quem foi possível conversar e estabelecer conexões novas reforça a legitimidade e o respeito com a coletividade lá representada. Cativar outras pessoas da comunidade através desses repasses ajuda a identificar novos perfis pensando no futuro deste trabalho.

- Não se esqueça de **dar continuidade** às **relações construídas na conferência**. Organize esses contatos, informe pessoas da sua entidade sobre os passos dados e dê seguimento à comunicação.

2.3 Fortalecer agenda de governança de comunidades locais na UNFCCC

As comunidades locais têm buscado se organizar para serem formalmente reconhecidas no regime da UNFCCC e assim terem melhores condições de participação e incidência na agenda climática, como os demais grupos de observadores. Um passo essencial foi a criação do Fórum Global de Comunidades Locais sobre Mudança Climática (GFLCCC). Por isso**, se a sua intenção é estabelecer laços com comunidades tradicionais de outros países visando o fortalecimento deste segmento na convenção, vale se conectar ao Fórum Global**, que conta com uma secretaria e coordenadores representantes das regiões da Ásia, América Latina e Caribe e África.

O Fórum Global dá seus primeiros passos enquanto rede internacional e precisa da força de organizações de comunidades locais de base em várias partes do mundo. Ainda assim, tem avançado rumo a uma participação mais plena e efetiva das comunidades locais na UNFCCC não apenas tentando acompanhar e contribuir tecnicamente com as trilhas de negociação, mas investindo fortemente no espaço da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP), nos seus eventos mandatados e nas reuniões do Grupo de Trabalho Facilitador (FWG).

Já vimos que o FWG foi criado como um órgão da UNFCCC que deve operacionalizar as três funções da Plataforma. Ele precisa colocar na prática que:

1) os **conhecimentos das comunidades e povos indígenas sejam valorizados** nas negociações;
2) que é preciso **capacitar as Partes** para entender a lógica e o universo das comunidades e povos indígenas; e o caminho inverso também: **formar as comunidades locais e povos indígenas** para poder participar adequadamente dos processos da UNFCCC;
3) que as comunidades locais e povos indígenas possam **influenciar a construção de ações e políticas climáticas** em todos os níveis.

Será que estamos perto desses objetivos?

Sem que as comunidades tenham um assento entre os membros do FWG para que possam assegurar seus interesses na operacionalização do

espaço, tem sido difícil ver suas posições refletidas nos processos da UNFCCC. Nunca é demais lembrar que este órgão tem na sua constituição a ousadia de "facilitar". **Em tese, o grupo "facilitador" deveria levar os povos indígenas e as comunidades locais para espaços e discussões estratégicas, ajudando-os a exercer a incidência desejada**.

A cada três anos, as Partes avaliam se o FWG está alcançando seus propósitos e se o órgão deve continuar existindo. Essa avaliação é feita a partir de considerações técnicas das Partes e do recebimento de submissões dos observadores. As Partes também aprovam a continuidade dos trabalhos do FWG quando validam um novo plano de trabalho, com atividades que respondem às funções da Plataforma. As comunidades locais entenderam, depois de muitas informações desencontradas, que esses **momentos de revisão pelas Partes são quando as regras de funcionamento da Plataforma podem mudar. Ou seja, são um ponto de incidência**.

O que essa revisão avalia:

- a efetividade da composição atual do FWG;
- a qualidade do engajamento de comunidades locais nas atividades da LCIPP;
- as lacunas na implementação do mandato da Plataforma;
- propostas para estruturas de participação aprimoradas.

Haverá mais uma revisão do FWG em 2027, na COP32, em Adis Abeba (Etiópia), que pode definir composição do FWG para o próximo ciclo (2028–2031). É uma janela que se abre apenas uma vez por período. Mas para haver uma decisão positiva para as comunidades locais, o trabalho precisa começar muito antes, nas conferências de Bonn e COPs anteriores.

PREPARANDO-SE

Como já falamos neste guia, a preparação para **atuação nas conferências do clima requer estratégia conjunta**, pois a influência que se pode exercer no ambiente internacional não é motivada por questões individuais, mas sim aquelas que têm relevância e impacto global. Por isso, para as lideranças PCTs, a participação em reuniões de alinhamento com comunidades tradicionais do Brasil e entidades apoiadoras com outros segmentos de comunidades no mundo e, em especial, com o Fórum Global de Comunidades Locais, são altamente recomendadas.

Participando do FWG

O FWG tem um sistema próprio para registro de contribuintes durante suas reuniões ordinárias, que acontecem antes da abertura oficial das conferências do clima. Não é necessário ter status de observador da UNFCCC para participar e hoje em dia é possível acompanhar as reuniões ao vivo pela internet. Mas, nos dois casos, é preciso se cadastrar com antecedência.

Cerca de dois meses antes da reunião, organizações observadoras recebem uma notificação por e-mail sobre o início do processo de registro e o sistema é baseado na indicação do ponto focal da *constituency*

do observador ao secretariado da UNFCCC. A maioria das organizações brasileiras que participa das conferências do clima enquadra-se na *constituency* "ENGO" (Environmental NGO) e precisa, portanto, pedir para que o **ponto focal** (no caso, a Climate Action Network – CAN) faça uma lista de pessoas interessadas em participar do FWG. Os dados requeridos são apenas **nome completo, organização que representa, país e e-mail**. A CAN envia essa lista para o secretariado da LCIPP para dar continuidade ao processo.

Povos indígenas têm seu próprio ponto focal porque são reconhecidos como constituency (IPO). As comunidades locais atualmente precisam recorrer a outras constituencies, como ENGO, para fazer este cadastramento ou fazer pedidos diretos ao seu governo.

*O secretariado da LCIPP passa a enviar e-mails individuais a quem entrou na lista da constituency orientando sobre a necessidade de **um registro no Indico.UN** – um sistema de gestão de eventos usado pelas **Nações Unidas**. O preenchimento é longo e detalhado. É fundamental que seja feito com calma e com acompanhamento.*

- *Depois de finalizado o registro, a inscrição fica pendente por alguns dias, até que recebemos o e-mail de aprovação da inscrição. É recomendável levar este e-mail impresso para a viagem.*

*Se a liderança PCT pretende participar da reunião do FWG e da conferência, é preciso, portanto, fazer dois cadastros: **o cadastro do FWG e o cadastro geral através das organizações observadoras da UNFCCC** para acessar a zona azul. Isso significa que haverá dois crachás (um para cada momento).*

Semanas antes da reunião do FWG, o secretariado da LCIPP convida por e-mail para **sessões virtuais de preparação para colaboradores** que pretendem se engajar, são os *"Informal contributors' briefings"*. São organizadas duas sessões em dias próximos e em horários distintos para contemplar os vários fuso-horários do planeta. O objetivo dessas chamadas é explicar o que é a Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas, suas funções, atividades do plano de trabalho vigente e oportunidades de engajamento. Mas é tudo muito rápido. Conteúdo denso em pouco tempo. E em outra língua. O secretariado do FWG também providencia tradução, mas apenas para os idiomas oficiais da ONU, o que exclui o português. Então, para acompanhar, temos que nos esforçar no espanhol.

Ao longo do ano, o FWG realiza outros tipos de **sessões virtuais abertas**, treinamentos e consultas tendo como público as comunidades locais e os povos indígenas. Entretanto, o formato dessas sessões e a falta da tradução para o português tornam esses momentos de difícil interação e pouco atrativos.

Divulgação da agenda da reunião (A)

A poucos dias da reunião do FWG, o secretariado também disponibiliza na página oficial do órgão (www.lcipp.unfccc.int) **a agenda detalhada** (*annotated agenda*). Mas não chega nenhum aviso no e-mail sobre isso. É preciso checar diariamente no website da Plataforma se a agenda já saiu.

Este é um documento essencial para a organização da incidência das comunidades dentro da reunião, pois permite conhecer detalhadamente todos os temas de discussão nos quatro dias, o tempo para cada um deles, quem vai conduzir e principalmente **o que vai ser perguntado durante as discussões em pequenos grupos** (*small group discussions*). É justamente nesses momentos em pequenos grupos que todos os contribuintes – isto é, todos os não membros do FWG – podem colaborar de modo mais consistente. Isso

permite que nas sessões de formação e preparação antes da viagem seja possível preparar bem que tipo de contribuição poderá ser dada durante a reunião. Isso é crucial porque o tempo costuma ser curtíssimo (Vamos exercitar isso no Módulo 3).

Quanto mais se souber o que vai ser discutido na reunião do FWG e em que dinâmica, melhores são as chances de incidência porque será possível chegar lá com mensagens e estratégias prontas.

A tradução – ponto crítico e fundamental

As reuniões do FWG, assim como as demais atividades da Plataforma (LCIPP) têm na sua origem o propósito de **promover o engajamento pleno e efetivo** (*full and effective engagement*) das comunidades locais e dos povos indígenas nos processos da UNFCCC. Esses termos são como **mantras nas falas e nos posicionamentos** de quem frequenta as reuniões do FWG e as atividades oficiais deste órgão. Afinal, ele foi criado para ser a porta de entrada desses grupos nas negociações e nas tomadas de decisão da UNFCCC.

Só que essa porta de entrada é pequena e difícil de passar. Historicamente, a partir de grandes esforços da delegação indígena brasileira e, mais recentemente, também das comunidades tradicionais, têm havido uma certa flexibilização na metodologia das reuniões para permitir a participação de grupos que precisam ter seu modo de vida e, sobretudo, seu modo de se expressar respeitado e acolhido. Só que, para os brasileiros, a falta da tradução para o português é um empecilho primordial e que precisa ser superado para que todas as outras estratégias de incidência possam acontecer.

Há alguns anos, como o português não é língua oficial da ONU, nem mesmo se uma delegação brasileira chegasse com seu tradutor na equipe, não era possível deixá-lo trabalhar como intérprete. Isso era feito de forma discreta, com tradução ao pé do ouvido, o que incomodava os demais participantes (que, inclusive, reclamavam!). Com muito diálogo e construção conjunta com o secretariado da LCIPP ao longo das últimas conferências, as delegações brasileiras tiveram êxito em garantir a tradução das reuniões do FWG por meio do custeio de países-sede e, quase sempre, da própria sociedade civil, que na maioria das vezes não só **banca com recursos próprios como leva e cadastra os intérpretes como membros de sua delegação**.

Até que em Baku, na COP29, a decisão sobre a LCIPP trouxe dois parágrafos[7] que representam um passo na superação dessa barreira. Ela:

- “solicita ao secretariado que explore e informe o Grupo de Trabalho Facilitador, em suas reuniões, sobre opções para ampliar o apoio linguístico nessas reuniões e eventos, a fim de possibilitar a plena participação em idiomas adicionais relevantes, conforme apropriado” – o que significa que **o secretariado pode aceitar arranjos propostos e custeados pela sociedade civil para incluir um intérprete para o português** nos sistemas e canais oficiais;
- “convida as Partes que desejarem fazê-lo a fornecer interpretação simultânea para idiomas que não sejam os idiomas oficiais das Nações Unidas nas reuniões do Grupo de Trabalho Facilitador e nos eventos mandatados no âmbito da Plataforma das Comunidades Locais e Povos Indígenas” – oficializando que as **Partes podem pagar e fornecer tradução em diálogo direto com o secretariado** do FWG; e

7 https://lcipp.unfccc.int/sites/default/files/2025-04/Decision_14_CP.29_LCIPP.pdf

» “solicita ao secretariado que, sempre que possível, adote as medidas necessárias para viabilizar essa interpretação simultânea adicional” – tornando a **possibilidade de inclusão de mais idiomas como algo mais corriqueiro**, em vez de ser excepcional, como era antes.

Tudo isso cria outros pontos de incidência possíveis antes das conferências:

1) **Das comunidades e organizações apoiadoras junto ao governo brasileiro**, solicitando e pressionando para que se responsabilize pela organização da tradução tendo em vista a participação de comunidades locais e povos indígenas no FWG.
2) **Das comunidades e organizações apoiadoras junto ao secretariado do FWG**, solicitando a inclusão de credenciamento e canal específico para o português quando os intérpretes são escolhidos e bancados pela sociedade civil.



ATENÇÃO!

Até o momento, a cada reunião, é preciso tomar este tipo de providência sob o risco de não haver interpretação, o que colocaria os falantes do português em situação de desigualdade para se expressarem e serem compreendidos no FWG.

DIA A DIA NA CONFERÊNCIA

Com a agenda da reunião em mãos, é importante sair mais cedo no primeiro dia para se familiarizar com as distâncias e o transporte na cidade e para que haja tempo de retirar o crachá. É comum que no primeiro dia haja sessão apenas no período da tarde, pois a manhã costuma ser dedicada a um alinhamento entre os membros do órgão. Isso também dá às comunidades e organizações apoiadoras a oportunidade de se reunir e **realizar um alinhamento presencial já no local da conferência**. Entretanto, o melhor mesmo é fazer isso no dia anterior, o que tem como consequência negativa o aumento do tempo total da viagem.

Mesmo com a tradução para o português e o estudo prévio da agenda, a dinâmica da reunião costuma causar certa estranheza. Não se pode esquecer que **a reunião é dos membros**. Todas as outras pessoas assistem e são convidados em momentos específicos para fazerem suas contribuições.

Os co-facilitadores conduzem os trabalhos, convidando os presentes a tomarem seus assentos, explicando a agenda do dia, passando a palavra. Os co-facilitadores são sempre um(a) representante dos povos indígenas e um(a) das Partes. Eles(as) dialogam primeiro com os demais membros, passando a eles(as) a palavra. Em alguns momentos da agenda, **o microfone é aberto a intervenções da plateia sobre algum assunto da agenda em no máximo dois minutos.**

Ao mesmo tempo em que a dinâmica pouco convidativa das reuniões é algo que precisa ser apontado e transformado através das contribuições dos participantes, deturpar e não respeitar essa dinâmica cria animosidades e atrapalha o alcance dos objetivos da reunião e do próprio órgão, enfraquecendo-o.

O básico do FWG

Os membros do FWG se dispõem em semicírculo com uma pessoa do secretariado atrás dos dois co-facilitadores (chamados de *co-chairs*) assegurando estrutura e o cumprimento do rito das reuniões num órgão das Nações Unidas.

Abertura - Os primeiros momentos da reunião incluem uma invocação de abertura feita por um(a) indígena, fala de boas-vindas do secretariado da UNFCCC, de um(a) representante dos povos indígenas e – desde muito pouco tempo atrás – também de um(a) representante de comunidades locais.

Assuntos organizacionais – O secretariado dá recomendações e avisos gerais sobre a dinâmica da reunião, adota a agenda e informa sobre os co-facilitadores.

Antes da adoção da agenda, pergunta-se aos membros e, às vezes, ao público, se estão de acordo com a programação anunciada. Sempre de forma combinada com seu segmento, ***este pode ser um momento oportuno para levantar a mão e propor um item de agenda novo ou fazer alguma solicitação de tema que possa ser tratado ao longo dos dias da reunião.*** *As comunidades locais recorreram a esta estratégia diversas vezes nas últimas reuniões pedindo, por exemplo, o recebimento e a leitura de posicionamentos, e resposta dos membros às questões de representação, gerando debate e influenciando na dinâmica da reunião. Este é um exemplo de que, aproveitando-se dos momentos e métodos da própria UNFCCC, é possível provocar processos que podem aprimorar a sua participação no FWG.*

Membresia – Quando há mudanças nos membros, isso é informado no primeiro dia.

Progressos - São informados os progressos na implementação das decisões da última reunião do FWG e, depois, os avanços na execução do plano de trabalho vigente. Nesse momento, cada membro fala dos progressos da abordagem coletiva (*collective approach*) do Plano de Trabalho de Baku da LCIPP sob sua liderança, abrindo para comentários dos demais membros. No final de cada sessão, às vezes, a palavra é facultada para os contribuintes.



A hora de falar - As intervenções dos contribuintes devem trazer elementos de comentários e reflexões acerca do tema discutido. No caso, sobre a implementação das atividades do plano de trabalho. **As falas descontextualizadas ou sobre questões específicas do Brasil ou fora do tempo previsto – como é comum observar entre quem participa pela primeira vez e não passou por preparação – geram antipatia** diante de todo o segmento das comunidades e dos brasileiros e não contribuem com o aprimoramento desse espaço.



ATENÇÃO!

É possível usar as oportunidades de fala para fazer críticas ao tema e à própria estrutura da reunião, mas isso requer preparação! (Vamos ver como no Módulo 3)

Consulta sobre novo plano de trabalho e/ou revisão do FWG: Desde 2022, os contribuintes participam de momentos em que se reúnem em pequenos grupos para relatar experiências e propor

atividades para o futuro da Plataforma. Essa dinâmica também é adotada para receber contribuições sobre o progresso do plano de trabalho e outros momentos do FWG. Ela serve para que, **nos pequenos grupos**, seja possível se comunicar mais livremente em sua língua materna e para aportar contribuições técnicas mais aprofundadas. Formavam-se grupos por idioma. Desde que as comunidades locais passaram a participar do FWG em maior número, elas têm proposto fazer um grupo deste segmento, o que impõe o desafio da língua e a **necessidade de intérpretes**.



Nos pequenos grupos, é importante escolher sempre um **relator,** que vai tomar notas e transmiti-las ao secretariado ainda durante as reuniões (o tempo é extremamente curto para organizar os textos). É fundamental indicar também um **porta-voz**, pois no caso das comunidades locais, como não ainda há um membro do FWG que as represente, geralmente os co-facilitadores solicitam que os participantes do grupo se auto organizem para reportar à plenária como foi a sua discussão.

Outros assuntos: Temas trazidos como sugestão no primeiro dia, se aceitos, são retomados no último dia.

Encerramento da reunião: Depois de informarem sobre as decisões dos membros e indicarem a data da próxima reunião, encerra-se com a fala de convidados e uma invocação ao final.

Durante a reunião do FWG, o secretariado informa sobre os eventos mandatados (obrigatórios) da Plataforma na conferência, que se inicia na semana seguinte. Esses eventos são precisamente a implementação das ações do plano de trabalho e não participar deles esvazia ainda mais a Plataforma de seus objetivos. Isso quer dizer que **participar de forma planejada e consistente dos eventos da LCIPP é uma maneira de consolidar a participação e a importância das comunidades locais para os processos da UNFCCC**. Esses eventos, portanto, devem ser priorizados na agenda das comunidades.

Por fim, é fundamental **usar e abusar de ações de comunicação** que ajudem a consolidar a importância das comunidades locais no regime climático da UNFCCC – de forma alinhada com o Fórum Global –, demonstrando como estão sendo feitas suas contribuições nas conferências e gerando materiais que instruam e informem potenciais aliados nacionais e internacionais.

O CAMINHO DE VOLTA E PRÓXIMOS PASSOS

Após cada dia de reunião do FWG e, após o período inteiro, é importante manter o **alinhamento entre participantes do mesmo segmento**, discutindo e ajustando as estratégias do conjunto. Isso significa quase sempre estender o dia para reuniões antes ou durante a hora do jantar.

Também é fundamental **estabelecer canais de comunicação e proximidade com os funcionários do secretariado**. Isso ajuda na preparação e na organização das próximas agendas e eventos da LCIPP incluindo, cada vez mais, as comunidades locais.

Entre uma reunião e os eventos mandatados, **estabelecer relações profícuas com os participantes indígenas é uma estratégia saudável, que conecta realidades, desfaz preconceitos e fortalece os dois grupos**. Significa convidar os participantes indígenas para seus eventos paralelos, chamar para um café, apoiar suas causas e agendas.

Quando a reunião termina, as formas de contribuição com a LCIPP continuam. No website oficial, existe o "**Resource Hub**"[8], uma página que recebe contribuições em áudio, vídeo e texto que possam dar materialidade e fortalecer as três funções da Plataforma. Não é necessário produzir as contribuições em inglês, embora isso aumente significativamente as chances de seu aporte ser lido por outras pessoas ao redor do mundo.

8 https://lcipp.unfccc.int/resource-hub

Atender às sessões virtuais e consultas online promovidas pelo secretariado do FWG entre uma reunião e a seguinte é outra maneira importante de manter-se engajado e fortalecer o impacto da incidência nas conferências.

Como vimos no objetivo 1, de volta ao Brasil, vale seguir o contato com organizações parceiras, promover com elas formações e repasses às bases, fortalecer estratégias conjuntas de captação e qualificação para atuação internacional. Essas são maneiras de chegar cada vez mais preparado para as próximas reuniões. Significa também c**onstruir localmente mais análises, relatos, materiais informativos para que, antes da reunião seguinte do FWG e seus eventos mandatados, isso possa se tornar contribuição técnica relevante**.

A mudança da governança climática na UNFCCC fazendo mais do que um reconhecimento eventual às comunidades locais depende de **constância e do fortalecimento das relações** neste espaço. E isso requer liberação para preparação e conhecimento no ambiente internacional, além de orçamento. Demonstrar a organizações apoiadoras e doadoras os resultados a cada conferência e a importância estratégica da continuidade é vital para colher resultados robustos no futuro.

2.4 Influenciar tecnicamente trilhas de negociação

Este é um dos objetivos mais difíceis e desafiadores para os PCTs na agenda internacional de clima. As conferências são arenas em que acordos internacionais são construídos e firmados pelas Partes (governos). Só eles podem votar. A sociedade civil atua como observadora e sua função é pressionar os governos por mais compromisso e ambição, pois o que acontece lá tem potencial de influenciar as políticas nacionais e até municipais.

É preciso entender bem onde se está para pensar e executar a melhor forma de fazer essa pressão. As regras de convivência estritas limitam muitas formas de luta, como manifestações, passeatas, intervenções artísticas – elas costumam ocorrer nas ruas das cidades-sede de países com regime democrático. Na zona azul, é mais complicado protestar, mas não é impossível, como vimos. Então, naquele espaço, o caminho da mudança é **seguir as trilhas de negociação**.

Nas SBs ou nas COPs, acompanhar cada sala de negociação ao longo de duas semanas de conferência é uma tarefa que se faz no coletivo. Como não dá para acompanhar tudo, **os grupos se subdividem e cada um cobre uma parte**. Esta é a lógica. A cada conferência, observadores de diversos países aliam-se num esforço de compreensão e tentativas cirúrgicas para influenciar – palavra a palavra – os rascunhos dos acordos. Geralmente isso se faz dentro de cada *constituency*. Ao mesmo tempo, disseminam progressos em curto espaço de tempo para que os desdobramentos mais relevantes alcancem públicos interessados a milhares de quilômetros dali.

Organizações brasileiras que se especializaram em acompanhar o dia a dia das negociações realizam **reuniões de alinhamento** ao longo do percurso para situar outros brasileiros sobre o andamento de cada trilha. Assim, todos ficam bem informados e, no conjunto, é possível ajustar as estratégias de incidência sobre as Partes.

PREPARANDO-SE

Para incidir nas negociações, é preciso ter perfil de negociador(a) = um(a) negociador(a) do território!



1) **Estude as trilhas** – veja quais são as principais para as comunidades locais no Módulo 1 (página xxx)

A liderança que vai para uma conferência do clima tem que estar preparada

para dialogar com diplomatas, pessoas de outras organizações observadoras e com a imprensa. Nessas conversas, o domínio sobre o tema passa pela capacidade da liderança de conectar sua pauta local – ou demanda territorial – a uma trilha de negociação específica. É importante **rever as últimas decisões e o estado da arte do processo de negociação** para entender que passo pode ser dado com a sua incidência!



2) Saiba quem são os negociadores e os especialistas no tema

O governo brasileiro costuma convidar a sociedade civil para conversas de alinhamento que abarcam as principais trilhas de negociação antes das conferências de Bonn e das COPs. É uma boa oportunidade de saber quem é quem entre os negociadores. Depois, na medida em que se acompanham as conferências, fica mais fácil manter o diálogo com os diplomatas do Itamaraty e representantes do governo de outros ministérios. Aos poucos, é possível conhecer e se aproximar também dos negociadores estrangeiros considerados estratégicos para o avanço das pautas que interessam às comunidades tradicionais.

Da mesma forma, existem diversas organizações brasileiras e internacionais que são referências no acompanhamento de cada uma das trilhas. Participar de seus eventos, conhecer as pessoas, ler os materiais que elas produzem, convidá-las para agendas com você são algumas das formas fortalecer sua atuação estratégica e buscar apoio para a agenda das comunidades tradicionais na UNFCCC.



3) Entenda os níveis de incidência[9]

A incidência política em processos multilaterais como na UNFCCC acontece em três níveis simultaneamente:

Construção do texto: Influenciar diretamente o conteúdo das decisões por meio de submissões escritas formais e conversas informais com negociadores aliados. Este é o nível mais formal e o mais invisível para quem está de fora.

Construção da narrativa: Disputar o enquadramento político nos eventos paralelos, comunicações públicas e articulações entre redes. É aqui que se define se comunidades locais são tratadas como beneficiárias ou como agentes de implementação – distinção que parece semântica, mas tem consequências reais nos mecanismos de financiamento e governança.

Construção técnica: Produzir submissões, relatórios, posicionamentos e insumos para workshops que moldam o "campo do possível" das negociações. ***Quem produz conhecimento que alimenta o processo – quem escreve os textos de referência que os negociadores consultam – exerce poder real sobre o conteúdo das decisões.***

Há diferentes tipos de documento na UNFCCC:

1) Documentos pré-sessão: Elaborados pelo secretariado (e por outros) para apoiar as discussões dos itens da agenda. Incluem: agendas provisórias, anotações explicativas e notas de cenário.

2) Durante a sessão *(in-session)***:** Textos preliminares, contribuições técnicas e revisões compartilhadas ao longo das negociações.

3) Documentos pós-sessão: Relatórios das sessões, contendo as decisões adotadas e os resultados alcançados.

9 Orientações do GFLCCC (2026).

Para cada processo de negociação, produzem-se documentos dessas três categorias. Portanto, o acesso a esses textos e sua compreensão no dia a dia da conferência é ferramenta primordial para a definição de estratégias, posicionamentos públicos e articulações necessárias ao longo do percurso. É um trabalhão!



4) Perceba as armadilhas na linguagem (A)

A escolha das palavras num texto de negociação determina a abrangência das ações (e direitos envolvidos). É preciso estar muito atento. Como orienta o GFLCCC, o regime climático tem um vocabulário técnico que não é neutro, e tem implicações jurídicas e políticas determinadas:

- **"***Requests" vs. "invites***"**: uma decisão que "requests" (solicita) impõe obrigação mais forte do que uma que "invites" (convida). A diferença pode parecer sutil, mas é o que distingue um mandato vinculante de uma sugestão política.
- *"Shall" vs. "should" vs. "may":* escala de obrigatoriedade decrescente. "Shall" é obrigatório; "should" é recomendado; "may" é permissivo. Em disputas de texto, países conservadores frequentemente pressionam para substituir "shall" por "should".
- *"Notes" vs. "welcomes" vs. "endorses":* escala de endosso crescente. Uma COP que "notes" (toma nota) de um documento simplesmente o registra. Uma que "welcomes" (saúda) expressa aprovação política. Uma que "endorses" (endossa) incorpora seu conteúdo formalmente.
- *"Taking into account" vs. "in accordance with":* a diferença entre considerar (sem obrigação) e seguir (com obrigação). Muito relevante quando se insere linguagem sobre comunidades locais em mandatos de implementação.



5) O trabalho de incidência é longo (L) e (A)

É muito difícil ir a uma única conferência e retornar com resultados de incidência relevantes a partir de uma atuação individual. Já que os resultados se constroem a partir de negociações, conversas, convencimentos, articulações, é preciso se tornar conhecido no meio para que mais atores estratégicos se aproximem e um trabalho de incidência envolvendo parceiros observadores e Partes avance. Isso leva tempo. E é assim mesmo.



6) Aprender fazendo (L) e (A)

Conhecer não só o funcionamento do espaço UNFCCC mas também o rito das negociações, como as decisões são tomadas, as oportunidades de se posicionar e divulgar sua agenda, as possibilidades de negociar ou artimanhas para melar as negociações, os grupos com afinidades e os antagonistas, quando se aproximar dos negociadores, como conversar com eles, e muitas outras dicas fazem parte do aprendizado empírico das conferências. É preciso estudar tudo isso, sim. Mas é verdade também o bom e velho "vamos aprender fazendo" – ou indo para as conferências.



7) Os negociadores têm coração (L) e (A)

Na medida em que ficamos mais familiarizados com as pessoas que fazem o ambiente de negociação, entendemos que as possibilidades de incidência se constroem a partir da força das relações. Apresentar-se com cordialidade, elogiar, oferecer apoio e agradecer, sobretudo em momentos em que não se espera uma manifestação de acolhimento, são dicas importantes para o estabelecimento desses laços.

Como chegar lá?

Como já vimos, para participar das negociações e tentar incidir sobre elas é preciso ser Parte ou

Observador. Uma liderança PCT pode entrar na conferência do clima se for credenciada pelo governo de seu país, que pode conceder voluntariamente credenciais do tipo "Party" ou "Party Overflow" a pessoas convidadas. Este tipo de crachá dá acesso a mais espaços de negociação do que o de observador, mas **não garante direito à fala ou tomada de decisão!** O governo do Brasil costuma abrir prazo para receber indicação para este tipo de credenciamento através de uma lista de interessados (geralmente uma pessoa por organização), a depender do número de credenciais disponíveis.

Mas o jeito mais comum e garantido de participar de uma conferência do clima é se credenciando como "Observer" (Observador). Primeiro a organização se registra na UNFCCC. Depois, ela cadastra sua delegação de observadores. Organizações observadoras precisam solicitar registro na UNFCCC com pelo menos um ano e meio de antecedência (os prazos são maiores agora, com a procura por participação, que também cresceu). Uma vez registrada no Sistema de Registro Online *(Online Registration System)* **o ponto focal da organização se torna responsável por cadastrar pessoas como membros de sua delegação antes das conferências da UNFCCC**, a depender do número de vagas que o sistema dá. Isso varia muito. A notícia boa é que hoje em dia é possível cadastrar pessoas diferentes para usar a mesma credencial. Por exemplo: se sua organização recebeu duas credenciais, é possível cadastrar duas pessoas para os dias da primeira semana e outras duas pessoas para a segunda semana, totalizando quatro pessoas da delegação.

*Depois que as delegações são indicadas pelo sistema, é gerada uma **carta da UNFCCC** e este documento é importante nos processos de visto e entrada nos países-sede. Portanto, tenha sempre esta carta em mãos junto, é claro, do seu passaporte.*

DIA A DIA NA CONFERÊNCIA

Comunidades tradicionais e as organizações apoiadoras credenciadas podem se engajar de diversas maneiras nos processos da UNFCCC.

- **Acompanhar as negociações** para contribuir com as Partes, promover a transparência e aumentar a conscientização pública.

No sistema de TV espalhado pelo espaço da conferência, é possível saber em que sala cada negociação vai acontecer e o horário. A plataforma online da UNFCCC também mantém toda a agenda atualizada e pode ser acessada pelo celular[10].

Tentando entrar: Se as salas de negociação estiverem cheias, as Partes têm prioridade. Acontece de, às vezes, não deixarem os observadores entrar nesses casos. Um sistema de distribuição de ingressos pode ser utilizado para observadores, se necessário. Além disso, as salas podem ser remanejadas com pouca antecedência para negociações urgentes.

Dentro das salas: Mas, se você conseguir entrar, saiba que representantes das Partes devem ter assento à mesa e observadores sentam-se nas fileiras de trás. Caso vá falar, procure um assento com

10 Exemplo de programação da COP30 https://unfccc.int/cop30/schedule

microfone disponível. Exceções pontuais podem permitir que observadores se sentem à mesa, após todas as Partes estarem acomodadas, a depender dos co-facilitadores e da pauta.

Falando nas negociações: Observadores são frequentemente convidados pelos presidentes de sessão para fazer intervenções nas plenárias de abertura e encerramento, caso o tempo permita. Às vezes, co-facilitadores de Grupos de Contato (que conduzem o processo de negociação de cada trilha) também podem convidar observadores a se manifestarem ao final das sessões, se houver tempo e consentimento das Partes. Se sua *constituency* desejar se manifestar sobre um item específico da agenda, procure a equipe de apoio do secretariado presente na sala. Eles solicitarão aos co-facilitadores que avaliem a possibilidade.

Sempre a fala de um observador tem que ser autorizada nas salas da UNFCCC.

Se os co-facilitadores consultarem as Partes e não houver objeções, e somente se ainda houver tempo após todas as Partes terem se pronunciado, será concedida a palavra aos observadores. Nesses casos, os representantes das nove *constituencies* de ONGs têm prioridade, seguidos pelos demais observadores. As Partes estão cada vez mais abertas a ouvir intervenções de observadores. **Mas e as comunidades locais?**

Como são um grupo que aparece nos textos, mas no dia a dia das negociações e processos da UNFCCC ainda não faz parte da estrutura, combine a estratégia antes com outras comunidades articuladas no Fórum Global e identifique-se ao secretariado ou aos co-facilitadores antes das sessões se quiser fazer contribuições à discussão.

- Apresentar trabalhos e resultados por meio de eventos paralelos, ações de *advocacy* e coletivas de imprensa, com o objetivo de disseminar pesquisas, compartilhar aprendizados e amplificar narrativas.

Os **eventos paralelos** e as **coletivas de imprensa** são ótimas oportunidades de informar e conectar PCTs e organizações apoiadoras aos temas de negociação e outros parceiros da sociedade civil envolvidos (Mais detalhes no Módulo 3).

- Reunir-se com outras delegações para compartilhar posições políticas e documentos submetidos.
- Elaborar documentos de posição e realizar submissões formais em resposta a chamadas por informações e opiniões feitas pelos órgãos de negociação.
- Participar de *townhalls* (reuniões de diálogo relativamente abertas entre representantes de alto nível do processo climático e os participantes — especialmente organizações observadoras) para levantar questões-chave junto aos Presidentes de Sessão e ao Secretário Executivo da UNFCCC.
- Realizar coletivas de imprensa para compartilhar perspectivas e influenciar o debate público por meio da mídia.

Junto com o GFLCCC

- Participar das reuniões diárias de coordenação da sua *constituency* para se manter informado e alinhado.

Mesmo não sendo ainda reconhecidas, as ***comunidades locais começaram na SB64, em 2026, a se reunir como uma "constituency"*** *dentro do espaço da UNFCCC, como fazem os demais grupos. Procurar essas reuniões com a secretaria-executiva do GFLCCC e participar delas gera alinhamento e pertencimento, ajudando no processo de incidência.*

- Contribuir para declarações conjuntas da *constituency*, apresentadas em plenárias e, quando possível, em grupos de contato ou consultas informais — amplificando vozes diversas por meio de mensagens coordenadas.

- Indicar oradores para eventos e oficinas mandatados pela UNFCCC, levando perspectivas técnicas e especializadas aos espaços formais.

O CAMINHO DE VOLTA E PRÓXIMOS PASSOS

As ações de incidência no ambiente internacional são uma sequência de processos e reuniões cujos desdobramentos levam à **construção de entendimentos no nível global**. Depois de uma conferência, contatos são feitos, agendas são sinalizadas, novos eventos são planejados, documentos são rascunhados. Enfim, o processo precisa ter continuidade.

Mas cada liderança e organização apoiadora volta à sua rotina de trabalhos no nível territorial e é muito comum que a agenda internacional se perca no dia a dia da organização. Só que, entre uma conferência e outra o trabalho de incidência segue: há sessões virtuais com observadores, chamadas para contribuições técnicas, além da necessidade de realização de reuniões entre parceiros para alinhamento estratégico.

RESUMINDO: a liderança PCT e a organização apoiadora que decidem acompanhar e incidir numa trilha de negociação precisam manter a chama acesa ao longo de todo o ano. Sabe como?



Investindo em disseminação dos resultados com suas bases e dentro das próprias organizações;



Contribuindo com agendas nacionais do governo e de parceiros, decorrentes dos movimentos realizados nas conferências; bem como de reuniões de articulação com representantes de outras comunidades locais pelo mundo, que precisam manter a conexão e a estratégia vivas.



Estudando e aprofundando-se mais nas trilhas de negociação;



Dedicando tempo de trabalho e energia que vão te transformar numa referência.



Planejando a continuidade das ações nas conferências seguintes.





Módulo 3

Mão na massa

3.1 Dicas para fazer bonito lá fora

Está na hora de botar a mão na massa e usar as ferramentas que estão à nossa disposição para que todo o conteúdo que cada liderança quer levar para o espaço internacional seja ouvido com atenção, respeito e ajude a mudar as políticas e ações que impactam seu dia a dia nos territórios.

Antes, organize seu dia a dia:

- Leve impressa numa pasta sua **agenda de atividades** com as ações, horários e locais onde seus compromissos vão acontecer.
- Tenha sempre com você um **caderninho tipo diário** ou instrumento em que você possa registrar os principais feitos do dia (tem gente que gosta de gravar áudios no próprio celular – é uma ideia!). No final da viagem, vai ser importante rever essas anotações e reflexões.
- Não se esqueça da sua caneta ou lápis.
- Se puder, leve **cartões de visita ou pequenas lembranças** da sua comunidade para você presentear parceiros ou pessoas de interesse.

Como vimos nos Módulos 1 e 2, o FWG tem sido visto como **"o"** espaço das comunidades locais e dos povos indígenas na UNFCCC, o que muitas vezes alimenta uma visão de que nas negociações eles se mantém nessa "caixinha" isolada pela qual os negociadores pouco se interessam. Mas e se essa caixinha fosse uma boa **"caixa de ressonância"? Nesse espaço, as comunidades locais e os povos indígenas deveriam se sentir acolhidos e encorajados a contribuir respeitando sua diversidade cultural até que, cuidadosamente, seus posicionamentos fossem levados para a consideração das Partes nos processos negociais**.

Tornar este um espaço mais efetivo é responsabilidade de todos que o frequentam. Por isso, fortalecer não apenas que as comunidades sejam espectadoras das discussões, mas torná-las protagonistas das decisões tomadas ali passa por entender algumas especificidades das reuniões e, principalmente, o que não fazer.

O que não fazer:

- Não extrapole o tempo de fala concedido quando você tem a oportunidade de se posicionar.
- Não fuja do tema ao qual sua fala se relaciona.
- Não pegue seus colegas (do mesmo segmento, de comunidades) de surpresa quando tiver a chance de se manifestar.
- Não fale sobre aspectos muito locais ou nacionais que não permitam que o público internacional acompanhe, por exemplo: alguma situação que só o noticiário brasileiro tratou, decretos ou instrumentos jurídicos válidos apenas no seu contexto.
- Não faça conversas paralelas durante as falas de outras pessoas.

Em vez disso, faça:

- Antes das reuniões, treine seus discursos em oportunidades de fala em diferentes tempos (2 minutos e 8 minutos).
- Nas falas, conecte sua história e demandas aos temas e ações da LCIPP.
- Combine com seu grupo que tipo de fala você pretende fazer para que no conjunto as várias intervenções se complementem e se fortaleçam.
- Escute com respeito as falas dos demais participantes.



ATENÇÃO!

Como os encontros do FWG têm sido transmitidas pelo sistema da UNFCCC11, você e sua organização podem se preparar para recuperar trechos e fazer cortes para alimentar as redes sociais após as reuniões.

Além de tudo isso, é preciso tomar mais alguns cuidados importantes.

A luta das comunidades locais na UNFCCC enfrenta questionamentos de todo o tipo. Por causa dos contextos muitos distintos ao redor do mundo sobre quem são as comunidades, é preciso estar preparado para afirmações como:

"As comunidades locais são uma invenção dos governos para diminuir os direitos indígenas"

"As comunidades locais participam das COPs porque são manipuladas e recebem dinheiro dos governos"

"As comunidades locais querem confundir seus direitos aos dos povos indígenas"

Desmontar essas narrativas com base no exemplo concreto dos territórios é a luta diária das comunidades locais na UNFCCC. Por isso, alinhar-se com o Fórum Global é vital. Perceba, na descrição do fórum, como reforçar mensagens que rebatem as ideias falsas sobre as comunidades tradicionais:

"O Fórum Global de Comunidades Locais sobre Mudanças Climáticas (GFLCCC) é uma plataforma política **global** *(dá legitimidade internacional para o grupo, afastando a ideia de que é formada apenas ou principalmente pelos brasileiros)***, autoorganizada** *(derruba a ideia de que os governos determinam quem as comunidades são)*, que representa **comunidades locais não indígenas** *(afasta a tese de que as comunidades querem ser confundidas com os indígenas)* cujos modos de vida dependem da terra, da água e dos ecossistemas. Inclui quilombolas, quebradeiras de coco, pescadores artesanais, pastores, agricultores extrativistas, comunidades ribeirinhas, povos do cerrado, das savanas e das terras secas — grupos que compartilham uma condição política comum: são fundamentais para a implementação das agendas climáticas, mas permanecem estruturalmente invisíveis nas arquiteturas de decisão que as definem.[12]

Reforçar esses destaques em qualquer oportunidade de fala é ajudar na ***consolidação da narrativa que favorece os direitos das comunidades locais*** *internacionalmente!*



Atenção na hora de falar

Na ansiedade por falar sobre a sua realidade numa conferência da ONU, às vezes as pessoas se esquecem de verificar:

- *Com quem estou falando?*

Nas reuniões do FWG, **você está falando com pessoas muito experientes** e acostumadas ao rito da ONU (na maioria, representantes indígenas do norte global que frequentam aquele espaço desde que ele

11 O endereço para acompanhar a programação das conferências, encontros, eventos e coletivas muda a cada COP. O da COP30 era: https://unfccc.int/cop30/schedule

12 Comunidades Locais na frente de atuação climática: roteiro de atuação para o SB64 (GFLCCC, 2026).

surgiu) e que **conhecem muito pouco das especificidades do Brasil.**

- *Que impacto quero causar com minha fala?*

Como uma instância técnica de assessoramento às Partes, para funcionar bem o FWG precisa melhorar muito. Mas saiba que as pequenas decisões do FWG sobre organização das reuniões e agenda são tomadas pelos 7 membros indígenas e pelos 7 membros das Partes que têm assento, apoiados pela equipe do secretariado. **Decisões que influenciam e mudam os rumos das negociações não acontecem no FWG**, onde, infelizmente, poucas Partes mandam representante.

*Então, calibre não só a sua fala, mas a sua energia dentro da conferência, pois **pode ser que suas maiores contribuições possam ser dadas em outros espaços** ao longo das atividades mandatadas dos demais órgãos da UNFCCC e no contexto das negociações.*

3.2 Construindo boas intervenções no FWG

1. No FWG o desafio principal é como fortalecer uma instância que deveria acolher e posicionar povos indígenas e comunidades locais de modo estratégico para que influenciem as negociações junto às Partes. Então, **contribuições que apontem as fragilidades do espaço, seu modo de funcionar e proponham formas concretas de melhorá-lo são muito pertinentes.**
2. Os membros "prestam conta" aos observadores sobre o que fizeram para implementar o plano de trabalho da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas da UNFCCC, por isso, **perguntas sobre como foram as atividades e propostas para que elas sejam mais interessantes são bem-vindas.**
3. Nas discussões de pequenos grupos *(small group discussions)*, **relatar bem (e rápido) a discussão do grupo e resumi-la em 2 ou 3 minutos para uma liderança do ler é o coração da atividade**. Lembre-se que, se não houver tradução para o português, alguém vai ter que ler em inglês ou avisar que haverá tradução consecutiva (tradução após a fala da liderança).

Exercício simulado[13]

Você será convidado a comentar, em grupo, sobre a ação "CA1: Encontro de detentores de conhecimento". Esta é a primeira ação do atual plano de trabalho da LCIPP, que o FWG precisa implementar até o final de 2027. Em todas as reuniões, cada ação é comentada em duas dimensões (como foi realizada na última COP e como podemos organizar a próxima).

Então, nos pequenos grupos, o FWG pergunta:

CA1: Encontro de detentores de conhecimento

- Quais foram os pontos fortes e fracos da realização desta ação na COP30?

- Quais temas, enfoques ou contribuições poderiam fortalecer o alcance do CA1 na COP31?

4. **Sempre conecte sua fala às três funções da LCIPP** porque todas as atividades que implementam o plano de trabalho da Plataforma estão ligadas a pelo menos uma dessas funções.

Vamos levantar agora informações a partir da experiência das comunidades que podem ajudar a preparar essas intervenções!

13 Baseado na agenda da 15ª reunião do FWG (Bonn, 2026)

Exercício - Organizando saberes!

FUNÇÃO: CONHECIMENTO

Perguntas orientadoras:



a) O que sua comunidade sabe sobre as mudanças climáticas? (Como se percebem os efeitos das mudanças climáticas nas comunidades - inundações, aquecimento, as mudanças nas estações do ano, secas mais duras, mudanças no comportamento das plantas e animais, e etc)

b) Conhecimentos para se adaptar: como estão fazendo para enfrentar essas mudanças? (Já ocorreram muitas mudanças no interior da comunidade? Quais? Você experimentou maneiras de se adaptar que não funcionaram? Quais? Houve maneiras que sim funcionaram? Quais? Como ?)

c) Esses conhecimentos podem ser importantes para as políticas? Há algum que não possa ser compartilhado?

FUNÇÃO : CAPACIDADE DE ENGAJAMENTO

Perguntas orientadoras:



a) A partir das situações observadas nos territórios, quais são as linhas/trilhas de negociação que mais te interessam (gênero, transição justa, mitigação, adaptação etc). Você já interagiu com algumas dessas trilhas ? O que você acha que precisa aprender sobre elas para sentir que está por dentro do assunto na UNFCCC ?

b) Você acha que os governos têm que aprender alguma capacidade em particular para trabalhar com você nesses temas? Quais ? Como?

c) Você conhece iniciativas em que os povos indígenas e os governos trabalhem juntos para enfrentar as mudanças climáticas? Como funcionam? Enfrentaram algum problema? Está dando certo?

FUNÇÃO : POLÍTICAS E AÇÕES CLIMÁTICAS

Perguntas orientadoras:



a) Você sabe quais são as políticas e ações climáticas que seu país tem?

b) Você interage/colabora com essas políticas ou elas te afetam de alguma forma ?

c) Você acha que essas políticas correspondem às necessidades das comunidades? Por que ?

d) Programas e políticas climáticas de seu país respeitam direitos e interesses das comunidades locais? Que exemplos positivos poderiam ser levados para a instância internacional? Que exemplos não deveriam ser seguidos?

Exercício para formatar o conteúdo de uma manifestação política das comunidades locais em diferentes tempos

Vamos fazer um exercício para adaptar o formato de um conteúdo estratégico. Trata-se do posicionamento das comunidades locais expresso no documento submetido à UNFCCC intitulado "Contribuição das Organizações de Comunidades Locais e Aliadas à LCIPP e à UNFCCC para o Fortalecimento da Participação e Equidade no Regime Climático", entregue na SB62, em junho de 2025 [14].

Imagine que uma liderança PCT está se preparando para falar sobre este tema em uma intervenção no FWG (2 minutos), numa coletiva de imprensa (5 minutos) e num evento paralelo (8 minutos).

FWG

2 min

Boa tarde. Meu nome é fulano de tal.

Eu venho de uma comunidade local localizada no interior do Brasil e estou aqui para dizer que não somos apenas vítimas da mudança do clima e não somos apenas detentores de conhecimento. Somos sujeitos políticos.

Nossos territórios enfrentam os impactos da crise climática, mas nossas comunidades também protegem florestas, águas, biodiversidade e sistemas alimentares e desenvolvem soluções de adaptação e resiliência há gerações.

Por isso, temos uma pergunta para este processo:

Se as comunidades locais estão nos territórios, enfrentando os impactos e construindo soluções, por que ainda não temos um lugar formal no Grupo de Trabalho Facilitador, um órgão que existe para acolher também o nosso grupo?

Queremos três coisas muito concretas.

Primeiro: reconhecimento formal das comunidades locais como sujeitos políticos, com direito à voz e à participação.

Segundo: participação efetiva na estrutura da LCIPP, nos seus diálogos, planos de trabalho e processos de decisão.

Terceiro: recursos, tradução e mecanismos inclusivos que permitam que representantes das comunidades realmente consigam participar.

Estamos avançando para construir um movimento internacional de comunidades locais e desta forma estaremos mais fortalecidos. E deixo uma mensagem muito simples:

Não queremos ocupar o lugar de ninguém. Queremos ocupar o nosso lugar.

Ainda estamos aqui. Seguiremos aqui. E queremos participar das decisões que afetam nossos territórios e nosso futuro.

Muito obrigado.

14 O exercício se baseia no posicionamento das comunidades locais expresso no documento submetido à UNFCCC intitulado "Contribuição das Organizações de Comunidades Locais e Aliadas à LCIPP e à UNFCCC para o Fortalecimento da Participação e Equidade no Regime Climático", entregue na SB62, em junho de 2025. Carta na íntegra: https://ispn.org.br/wp-content/uploads/2025/10/LETTER-and-TECHNICAL-NOTE_Formal-Recognition-of-Local-Community-in-the-UNFCCC

COLETIVA DE IMPRENSA

5 min

Boa tarde. Meu nome é fulano de tal.

Eu venho de uma comunidade local no interior do Brasil e estou aqui para trazer uma mensagem muito simples: as comunidades locais não podem continuar sendo reconhecidas apenas como detentoras de conhecimento. Precisamos ser reconhecidas como sujeitos políticos.

As mudanças climáticas já estão afetando nossos territórios, nossos alimentos, nossas águas, nossas florestas e nossos modos de vida.

Ao mesmo tempo, nossas comunidades desenvolvem há gerações práticas de manejo, conservação da biodiversidade, produção de alimentos e cuidado com os territórios que contribuem para a adaptação e a resiliência diante da crise climática. Nós, portanto, somos afetados pela crise, mas também somos parte das soluções.

E existe uma contradição que precisamos enfrentar. A LCIPP reconhece a importância das comunidades locais, mas nós ainda não temos uma participação formal e efetiva na estrutura de representação do Grupo de Trabalho Facilitador. Então perguntamos:

Se estamos nos territórios, se enfrentamos os impactos e se produzimos soluções, por que não estamos também nos órgãos constituídos desta Convenção?

Nós não queremos participar apenas para contar nossas histórias. Queremos participar da construção das políticas, dos textos, dos planos de trabalho e das decisões. Por isso, trazemos seis demandas.

Primeiro, que seja iniciado um processo global, transparente e inclusivo para identificar e envolver representantes de comunidades locais de diferentes regiões do mundo nos processos da UNFCCC.

Segundo, que as comunidades locais sejam reconhecidas formalmente como atores políticos, e não somente como detentoras de conhecimento.

Terceiro, que a participação das comunidades esteja explicitamente incluída no próximo plano de trabalho da LCIPP.

Quarto, que seja criado um mecanismo de financiamento que permita a participação contínua e significativa de representantes das comunidades locais. Sem recursos, participação não é efetiva.

Quinto, que sejam garantidos tradução intercultural, facilitação inclusiva e diálogo permanente, especialmente para comunidades que vivem em regiões remotas e historicamente excluídas.

Sexto, que as reuniões regionais e bi-regionais da LCIPP sejam organizados com transparência, equidade e equilíbrio entre comunidades locais e povos indígenas.

Também queremos reafirmar que estamos avançando no fortalecimento de um movimento internacional de comunidades locais. Queremos que esse movimento seja reconhecido e tenha espaço dentro da governança climática internacional.

E quero terminar com uma mensagem muito direta: Não queremos ocupar o lugar de ninguém. Queremos ocupar o nosso lugar. Ainda estamos aqui. Seguiremos aqui. E queremos participar das decisões que afetam nossos territórios, nossos modos de vida e o futuro do planeta.

Muito obrigado.

EVENTO PARALELO

8 min

Boa tarde a todas e todos. Meu nome é fulano de tal.

Eu venho de uma comunidade local e falo aqui não apenas em meu nome, mas a partir de uma realidade que muitas comunidades vivem em diferentes partes do mundo.

Nós estamos aqui porque as mudanças climáticas já estão acontecendo nos nossos territórios. Elas afetam nossas águas, nossas plantações, nossas florestas, nossos animais, nossos alimentos e nossos modos de vida. Mas estamos aqui também para dizer uma coisa muito importante: nós não somos apenas vítimas da crise climática. Somos parte das soluções.

Nossos conhecimentos, nossas práticas de manejo, nossas formas de organização e nossos sistemas alimentares contribuem há gerações para conservar a biodiversidade, proteger as águas, manter as florestas e garantir a segurança alimentar. Por isso, quando se fala de ação climática, nós precisamos estar presentes não apenas como pessoas que fornecem conhecimento, mas como sujeitos políticos. E é justamente aí que está o nosso problema.

A Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas reconhece a importância das comunidades locais. Mas, na prática, nós ainda não temos um lugar formal e efetivo na estrutura de representação do Grupo de Trabalho Facilitador. Nós perguntamos: se nossas comunidades estão nos territórios, enfrentando os impactos da mudança do clima e construindo soluções, por que não estamos também nos órgãos constituídos desta Convenção?

Nós não queremos ser convidados apenas para contar nossas histórias. Queremos participar da construção das decisões. Queremos contribuir para os textos, para os planos de trabalho, para os diálogos e para a implementação das ações.

E queremos deixar claro: participação efetiva não pode depender de convite, oportunidade ou boa vontade. Participação é uma questão de direito e de reconhecimento político.

As comunidades locais existem em diferentes regiões do mundo. Temos histórias e contextos diferentes, mas compartilhamos desafios semelhantes: mudanças climáticas, perda de biodiversidade, pressão sobre os territórios, grandes projetos, mudanças nos sistemas alimentares e processos de decisão dos quais muitas vezes somos excluídos.

Por isso, estamos construindo um movimento internacional de comunidades locais e avançando para seu reconhecimento como uma constituency. E trazemos hoje algumas demandas muito concretas.

Primeiro: queremos que as decisões anteriores sobre a revisão da LCIPP sejam efetivamente implementadas. É necessário iniciar um processo global de consulta com organizações de comunidades locais de diferentes regiões, garantindo equilíbrio regional e mecanismos transparentes de autoidentificação e escolha de representantes.

Segundo: queremos o reconhecimento formal das comunidades locais como atores constituintes desse processo. Não queremos ser reconhecidos somente como detentores de conhecimento. Somos sujeitos políticos, com direito à voz e à participação na governança climática internacional.

Terceiro: queremos que a participação das comunidades locais esteja explicitamente prevista no próximo plano de trabalho da LCIPP. Queremos estar nos diálogos, nos eventos, nas contribuições técnicas e na produção de conhecimento.

Quarto: participação exige recursos. Para muitas comunidades, chegar até uma reunião internacional como esta é extremamente difícil e caro. Por isso, propomos a criação de um fundo específico para a participação das comunidades locais, que permita que representantes dos territórios estejam presentes de maneira contínua e significativa.

Quinto: precisamos superar as barreiras de linguagem e de distância. Não é suficiente abrir uma porta se as pessoas não conseguem entrar ou se não conseguem se comunicar. Precisamos de tradução, facilitação intercultural e mecanismos permanentes de diálogo com comunidades que estão em regiões remotas e historicamente excluídas.

Sexto: as reuniões regionais e bi-regionais da LCIPP precisam ser organizadas com critérios transparentes de equidade, diversidade geográfica e equilíbrio entre comunidades locais e povos indígenas.

E, finalmente, precisamos que a própria Plataforma seja um espaço seguro, respeitoso e verdadeiramente inclusivo.

Nós reconhecemos a importância dos povos indígenas e sabemos que existe uma história de luta compartilhada. Mas também precisamos afirmar a nossa própria identidade, nossa própria legitimidade e nosso próprio espaço político.

Não queremos ocupar o lugar de ninguém. Queremos ocupar o nosso lugar. Ainda estamos aqui. Seguiremos aqui. Nossos territórios continuarão existindo, nossos conhecimentos continuarão sendo praticados e nossas comunidades continuarão contribuindo para enfrentar a crise climática. A questão é: a governança climática internacional vai reconhecer nossa presença apenas como conhecimento ou vai reconhecer também nosso direito de participar das decisões? Nós estamos prontos para contribuir. Mas queremos estar na mesa onde as decisões são tomadas.

Muito obrigado.

Antes de terminar este exercício, **reflita sobre as diferenças entre esses três textos** e que mensagens foram mantidas nas três versões.

3.3 Construindo boas intervenções temáticas

A partir das contribuições que você pode e quer dar nas conferências do clima, é possível **conectar as suas histórias ao posicionamento do seu segmento (comunidades locais)[15] e a cada trilha de negociação.** Isso não só facilita a "performance" numa oportunidade de fala, mas deixa mais clara a sua mensagem em diálogos com negociadores, a pertinência da sua presença e atuação política frente a cada um dos temas de tomada de decisão da Convenção.

A partir desta estrutura básica **[você + seu segmento global + trilha de negociação]** você pode organizar qualquer intervenção.

EXEMPLO PARA A TRILHA DE TRANSIÇÃO JUSTA

1 min

Eu sou xxxx representante da comunidade xxxx do norte de Minas Gerais, no Brasil, onde nossos territórios estão sob ameaça do avanço da exploração de minerais críticos para a transição energética (podemos dar mais detalhes aqui)

Nós, comunidades locais, queremos lembrar que não somos apenas pessoas afetadas pelas decisões climáticas. Somos sujeitos políticos, com conhecimentos, modos de vida e experiências que precisam participar das decisões sobre os caminhos da transição. Essa é uma das reivindicações centrais do Fórum Global de Comunidades Locais sobre Mudança Climática.

Por isso, uma transição justa precisa considerar também o que acontece nos territórios onde são extraídos os minerais necessários para essa transição: quem vive nesses lugares, quais são os impactos e quem participa das decisões.

Na discussão sobre o Plano de Trabalho sobre Transição Justa, ***pedimos que as comunidades locais sejam efetivamente incluídas nos debates*** *sobre os caminhos da transição e que suas realidades territoriais sejam consideradas nas decisões da UNFCCC.*

EXEMPLOS PARA A TRILHA DE AGRICULTURA, FLORESTAS E OUTROS USOS DA TERRA (AFOLU)

1 min

Eu sou xxxx, quebradeira de coco de babaçu no Maranhão, no norte do Brasil. Meu trabalho depende da floresta em pé e de um território onde nossas mulheres possam ter segurança para acessar e transitar. (podemos dar mais detalhes aqui)

Nós, comunidades locais, queremos ser reconhecidas não apenas como pessoas afetadas pela crise climática, mas como protagonistas e produtoras de soluções. É esse reconhecimento e essa participação efetiva que o Fórum Global de Comunidades Locais vem defendendo na agenda climática.

Por isso, quando a UNFCCC discute agricultura, sistemas alimentares e uso da terra, nossa experiência precisa estar presente. O babaçu mostra que agricultura e conservação não precisam ser tratadas como coisas separadas: nossos modos de vida dependem da conservação da sociobiodiversidade e também contribuem para ela.

*Na trilha de agricultura****, queremos que a UNFCCC reconheça e apoie os conhecimentos, práticas e sistemas alimentares das comunidades locais****, garantindo condições para que continuemos manejando nossos territórios e produzindo vida.*

15 É fundamental manter diálogo com o GFLCCC e estar alinhado a seus posicionamentos.

EXEMPLO PARA A TRILHA DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

1 min

Eu sou xxxx, quebradeira de coco de babaçu no Maranhão, no norte do Brasil. Meu trabalho depende da floresta em pé e de um território onde nossas mulheres possam ter segurança para acessar e transitar. (podemos dar mais detalhes aqui)

Nós, comunidades locais, queremos ser reconhecidas não apenas como pessoas afetadas pela crise climática, mas como protagonistas e produtoras de soluções. É esse reconhecimento e essa participação efetiva que o Fórum Global de Comunidades Locais vem defendendo na agenda climática.

Por isso, quando a UNFCCC discute agricultura, sistemas alimentares e uso da terra, nossa experiência precisa estar presente. O babaçu mostra que agricultura e conservação não precisam ser tratadas como coisas separadas: nossos modos de vida dependem da conservação da sociobiodiversidade e também contribuem para ela.

*Na trilha de agricultura**, queremos que a UNFCCC reconheça e apoie os conhecimentos, práticas e sistemas alimentares das comunidades locais**, garantindo condições para que continuemos manejando nossos territórios e produzindo vida.*

EXEMPLO PARA A TRILHA DE TRANSPARÊNCIA

1 min

Eu sou xxx, liderança jovem do povo pomerano, no Sul do Brasil. Nosso povo tem uma relação histórica com a terra, com a agricultura e com os conhecimentos construídos ao longo de gerações, mas muitas vezes essas realidades não aparecem nos dados e nas políticas climáticas. Quero alertar que o bioma de onde eu venho, o Pampa, já é uma região bastante esquecida pelas políticas climáticas e ambientais e precisamos mudar isso.

O Fórum Global de Comunidades Locais defende que nossas comunidades sejam reconhecidas como sujeitos políticos e que nossos conhecimentos e perspectivas tenham espaço nos processos de decisão climática.

Por isso, quando a UNFCCC discute transparência, queremos perguntar: quem está sendo considerado nos dados que os governos apresentam sobre a ação climática? Nossos conhecimentos, nossas experiências e os impactos que vivemos nos territórios também precisam ser reconhecidos e registrados.

Na trilha do ETF (Enhanced Transparency Framework) do Acordo de Paris, pedimos que os sistemas nacionais de informação climática incorporem de forma ética e participativa os conhecimentos e as perspectivas das comunidades locais.

O que não é registrado também pode desaparecer das políticas. Queremos que nossas realidades estejam nos dados e que nossos conhecimentos façam parte das decisões climáticas.

1 min

Eu sou xxx, pescador do litoral de Pernambuco, no nordeste do Brasil. As mudanças no clima já estão afetando o nosso território, que é o mar, e o nosso modo de vida: a alteração das marés, a erosão da costa, o aquecimento das águas e a redução dos recursos pesqueiros tornam cada vez mais difícil continuar vivendo da pesca.

Nós, comunidades locais, não somos apenas vítimas da crise climática. O Fórum Global de Comunidades Locais defende que sejamos reconhecidos como sujeitos políticos, com voz própria e participação nas decisões climáticas que afetam nossos territórios.

Por isso, quando a UNFCCC discute perdas e danos, é preciso olhar também para o que já foi perdido, nossos conhecimentos, de modos de vida e de relações com o mar.

Na trilha de perdas e danos, pedimos que os mecanismos internacionais considerem as realidades e os conhecimentos das comunidades locais e garantam sua participação nas respostas aos impactos climáticos, inclusive por meio do Fundo para Responder a Perdas e Danos e da Rede de Santiago.

1 min

Eu sou xxx, quilombola do estado do Pará, na Amazônia brasileira. Quero falar da realidade de comunidades que já estão sendo impactadas pela chegada do mercado de carbono aos seus territórios.

Os mecanismos do Acordo de Paris para o comércio de carbono estão sendo construídos e implementados sem garantir, na prática, o respeito necessário às comunidades locais. Não basta criar salvaguardas no papel: elas precisam ser efetivamente cumpridas, e as comunidades precisam participar das decisões que afetam seus territórios, seus direitos e seus modos de vida.

O Fórum Global de Comunidades Locais defende o reconhecimento das comunidades como sujeitos políticos, com voz própria e participação efetiva na governança climática. É a partir desse princípio que nós questionamos os mecanismos de carbono: muitos dos nossos territórios não estão devidamente protegidos e não podem ser tratados apenas como áreas capazes de gerar créditos.

Nas discussões sobre o Artigo 6 do Acordo de Paris, precisamos aprimorar esses mecanismos para garantir que as salvaguardas ambientais e sociais sejam efetivamente atendidas, que haja participação adequada das comunidades e que seus direitos territoriais sejam respeitados.

1 min

Eu sou xxx, de uma comunidade de fundo e fecho de pasto da Bahia, no nordeste do Brasil. Vivemos e produzimos em um território onde nossas formas coletivas de manejo da terra e da vegetação foram construídas ao longo de gerações e hoje são também formas de enfrentar as mudanças do clima.

Por isso, queremos contribuir não apenas contando nossa experiência, mas também ajudando a definir como a adaptação será medida. Quando a UNFCCC estabelece indicadores para avaliar o avanço da adaptação, é preciso perguntar: esses indicadores conseguem enxergar a realidade dos nossos territórios? Conseguem medir a segurança da água, a capacidade de manter nossos modos de vida, a proteção dos territórios, a biodiversidade e a capacidade das comunidades de decidir sobre suas próprias estratégias de adaptação?

Na discussão sobre o Objetivo Global de Adaptação, defendemos que os indicadores considerem conhecimentos locais e sejam capazes de medir resultados que façam sentido para as comunidades. As comunidades locais precisam participar da construção, aplicação e avaliação desses indicadores.

1 min

Eu sou xxx, uma mulher cigana e venho trazer para esta negociação uma realidade que ainda é pouco reconhecida na política climática: as comunidades ciganas também enfrentam os impactos da mudança do clima, mas muitas vezes permanecem invisíveis nos dados, nas políticas e nos espaços de decisão.

O Fórum Global de Comunidades Locais defende que nossas comunidades sejam reconhecidas como sujeitos políticos, com voz própria e participação efetiva nos processos climáticos. Para nós, isso também significa reconhecer que as comunidades não são todas iguais e que as desigualdades de gênero se combinam com outras formas de exclusão.

O novo Gender Action Plan da UNFCCC é uma oportunidade importante, mas sua implementação precisa superar um problema que já foi identificado no próprio processo: compromissos de gênero sem metas claras, indicadores, recursos e mecanismos efetivos de acompanhamento correm o risco de permanecer apenas no papel.

Na trilha de gênero, queremos contribuir para que a implementação do GAP considere as diferentes realidades das comunidades locais e produza dados capazes de revelar quem está sendo alcançado — e quem continua invisível. Também queremos participar da definição dos indicadores e do monitoramento dos resultados.

3.4 Roteiro para denúncias

Se você quer aproveitar a visibilidade que uma COP pode garantir a uma causa territorial específica conforme detalhamos no objetivo 1, segue abaixo uma sugestão de roteiro para a construção de uma mensagem adequada ao ambiente internacional:



IDENTIFIQUE-SE

Eu sou [nome], venho da comunidade tradicional de [território/estado/país].

DIGA O MOTIVO DA SUA MANIFESTAÇÃO E O QUE ESTÁ ACONTECENDO NA SUA COMUNIDADE



Estou aqui para denunciar uma situação que afeta diretamente nosso território e nosso modo de vida. Enquanto nesta COP os governos discutem soluções para a crise climática, em nosso território [descrever objetivamente o problema: ex. avanço de um projeto, perda de acesso à água, desmatamento, projeto de carbono, deslocamento, impactos de uma obra etc.].

EXPLIQUE OS EFEITOS DESTE PROBLEMA



Essa situação está provocando [2 ou 3 impactos concretos: ex. perda de território, contaminação da água, redução da pesca, perda de alimentos, ameaça aos meios de vida, impactos culturais].

INDIQUE O QUE PODERIA TER SIDO DIFERENTE PARA EVITAR O PROBLEMA



Nossa comunidade não foi adequadamente envolvida nas decisões que estão produzindo esses impactos.



RELACIONE SUA DENÚNCIA A UM TEMA DA AGENDA DE CLIMA

E queremos deixar uma mensagem clara: não é possível construir justiça climática ignorando as pessoas que vivem nos territórios onde essas decisões produzem consequências.

Saber onde cada tema está dentro da arquitetura do Acordo de Paris e das negociações transforma uma denúncia local em uma questão de política climática internacional.

DIGA POR QUE VOCÊ ESTÁ FAZENDO A DENÚNCIA NA COP



Estamos trazendo esta denúncia para dentro da COP porque queremos que ela seja ouvida pelos governos e pelas instituições que estão tomando decisões sobre o futuro do clima.

APRESENTE SUAS REIVINDICAÇÕES



Pedimos três coisas: que este caso seja reconhecido; que os direitos e a participação da nossa comunidade sejam respeitados; e que as decisões climáticas não sejam implementadas às custas dos nossos territórios e modos de vida.

Dominando esta estrutura, você e seus parceiros podem se organizar para elaborar **materiais de comunicação** mais completos e ilustrados – lembrando sempre que, quanto mais sucinto e objetivo, melhores as chances de alguém os ler. Esta estrutura também pode ajudar a orientar **vídeos para as suas redes sociais**.

Pelos corredores da conferência

Seguindo as orientações do Código de Conduta (volte para a página xx) é possível **organizar ações de *advocacy*** ou manifestações dentro da zona azul.

Ações de advocacy são ações criativas e pacíficas feitas para amplificar mensagens ligadas à ação climática, como instalações visuais, performances e protestos nos corredores ou no entorno do centro de convenção.

Para realizar este tipo de ação, as organizações observadoras devem **preencher um formulário específico** endereçado ao secretariado da UNFCCC contendo nomes e e-mails das pessoas e organizações envolvidas, além da descrição detalhada do que se pretende fazer. O endereço do formulário muda a cada COP ou conferência de Bonn. O prazo para envio costuma ser **até as 10h da manhã do dia anterior** à ação e é necessário aguardar por uma autorização. Para todas as ações a presença da segurança da ONU é obrigatória. Caso a ação estimule a adesão espontânea de pessoas não registradas no formulário, **a organização proponente é considerada responsável pelo comportamento de todos os envolvidos**, que devem seguir o Código de Conduta.

Se esta for sua escolha, **prepare materiais visuais com mensagens claras** e sempre em inglês para acompanhar a ação, a fim de que seu público-alvo compreenda e seja alcançado.

Ligar a sua história à posição do governo/empresa alvos da ação torna a mensagem mais interessante para a cobertura jornalística. Ex. *"Enquanto o Brasil se apresenta na COP como líder climático, X comunidades estão enfrentando Y, em uma área que o próprio governo reconhece como estratégica para Z."*

Nos corredores e cafés da zona azul não é difícil esbarrar com membros do governo brasileiro, membros da delegação, presidência da COP, secretaria da UNFCCC, observadores estratégicos e outros governos aliados, ou seja, a quem interessa encaminhar denúncias.

Com 1 mensagem + 1 documento + 1 pedido você tem a estrutura básica para abordar pessoas de seu interesse fora das salas de negociação e realizar sua ação de incidência.

3.5 Dicas para participar e promover um evento paralelo

Apenas organizações observadoras podem pleitear a realização de um evento paralelo. Esses eventos acontecem na zona azul (na área onde circulam negociadores e jornalistas) e servem para que a sociedade civil aporte contribuições, lançando algum relatório ou estudo, ou provocando discussões relacionadas aos temas de negociação da Convenção.

Quando uma liderança local avisa aos parceiros que estará numa conferência do clima, há grandes chances de receber um **convite para compor uma mesa num evento paralelo**. Esta é uma boa maneira de conquistar um momento de visibilidade dentro do evento de um parceiro. Se quiser, você pode negociar com ele a inserção da logomarca da sua organização nos materiais de comunicação do evento. O organizador vai te orientar sobre o tempo de fala (que não costuma ser mais do que 10 minutos) e sobre a disponibilidade de tradução. Neste caso, é só combinar direitinho **o enfoque** e a **ordem** da sua fala considerando os demais painelistas e fazer bonito no evento.

Agora, se você quer **organizar um evento paralelo**, a preparação começa com cerca de cinco meses de antecedência! Geralmente antes de sabermos, realmente, se há ou não condição de viajar, ou de decidir quem vai. É um desafio. Se, mesmo assim, a ideia é propor algo, é preciso basicamente passar pelas seguintes fases:

1. Informar-se sobre os **prazos de abertura e fechamento da inscrição** dos eventos.
2. Entrar no sistema de eventos da UNFCCC, o "*Side Events and Exhibits Online Registration System*" (https://seors.unfccc.int), cadastrar sua organização e ponto focal e **preencher um formulário** online com a proposta resumida do evento, contendo: dia pretendido, descrição do evento, sugestão de palestrantes e conexão com um dos seguintes temas da Convenção: 1. Mitigação, incluindo medidas de resposta; 2. Adaptação, incluindo perdas e danos; 3. Meios de Implementação e apoio; 4. Abordagens integradas e holísticas; e 5. Outros temas relacionados ao processo da UNFCCC.
2. **Combinar com outras organizações** (de preferência incluindo alguma que não seja do seu país) a submissão de eventos semelhantes ou com o mesmo teor porque, como existe mais demanda do que espaço para que todos os eventos aconteçam, a UNFCCC solicita que os eventos sejam mesclados (o famoso "merge"). Na COP30, por exemplo, mais de 330 eventos paralelos conjuntos foram selecionados entre mais de 1400 propostas enviadas.
3. Depois que se abre novamente prazo para a **mescla dos eventos**, é preciso acessar o sistema e encontrar outra organização que tope juntar o evento dela com o seu. Para ter mais chances de sucesso, é importante já ter isso combinado com as organizações parceiras. No processo de junção, você precisa indicar se sua organização será líder ou co-lider do evento, caso ele seja aprovado.
4. Depois de cerca de um mês, a UNFCCC informa por e-mail se o evento foi aprovado. E, a partir deste momento, apenas a organização escolhida como líder passará a receber as **comunicações da organização** relativas à realização do evento paralelo.
5. A partir daí começam as **reuniões de preparação com as organizações parceiras** para definir: quem se encarrega pela comunicação prévia fazendo posts, cards e avisos de imprensa; quem estará responsável no dia do evento para cobri-lo, quem vai compor a mesa, convidar os palestrantes, orientá-los sobre o tempo das falas; quem vai moderar o evento e se haverá a necessidade de tradução.
6. Dependendo do assunto, **convidar jornalistas, parceiros e membros dos governos** que estejam no dia é bem estratégico, embora não garanta sua participação. Muitas vezes, chamá-los para a mesa é uma maneira de garantir sua presença.
7. Caso seja necessário equipamento de **tradução** e intérprete, a UNFCCC não fornece – via de regra. Há empresas especializadas que procuram as organizações observadoras oferecendo este tipo de serviço, mas não costuma ser barato. Para o caso de palestrantes que falam português, é preciso pensar bem a solução para a interpretação – se será simultânea por meio de equipamentos próprios ou consecutiva, pois no dia não há tempo de resolver imprevistos.



ATENÇÃO!

Se todos os painelistas falarem português e você decidir não providenciar tradução, é uma escolha sua e talvez para os propósitos de obter visibilidade nacional isso até possa ser uma decisão acertada. Mas saiba que, **para que o evento seja relevante para as Partes, não ser conduzido em inglês é um ponto negativo**.

8. **Seja pontual**! Os eventos paralelos têm 1h15. Qualquer atraso significa menos tempo, pois haverá sempre outro grupo pronto para ocupar a mesma sala depois de você.
9. Recomenda-se que pelo menos um dia antes do evento paralelo você **conheça o local** para saber exatamente quanto tempo demorará para chegar e para orientar seu público.

Se você ou sua organização observadora vão organizar um evento paralelo para dar visibilidade a um dado, informação, relatório, história que contribua com as discussões climáticas, segue aqui um exemplo de roteiro:

EXEMPLO DE ROTEIRO

Título do evento: Riscos da exploração de minerais críticos para comunidades locais

Descrição: A partir do impulsionamento da exploração e beneficiamento de minerais críticos no mundo e do avanço de regulamentações nacionais sobre o tema, comunidades locais expõem riscos e ameaças aos seus direitos e modos de vida e divulgam carta de recomendação para as negociações no campo da transição justa.

Data: 17 de novembro de 2026 das 16h30 às 17h45]

Duração: 75 minutos

Local: Sala Istambul

Organizadores: Org A, Org B, Org C e Org D

Moderadora: Fulana de tal (Organização)

Informação sobre transmissão: [se houver, indicar]

Formato: Apresentações de até 10 minutos por painelista e bloco de três perguntas da plateia ao final.

Público-alvo: Partes, governo do Brasil e organizações observadoras que atuam com transição justa.

Objetivos do evento paralelo: Entender de que maneira as especulações e explorações de minerais críticos já está afetando as comunidades locais na América Latina e Caribe.

Orientações da organização: Todos devem chegar à sala do evento com 30 minutos de antecedência.

EXEMPLO DE ROTEIRO

Moderadora: Boa tarde e sejam todos bem-vindos a este evento paralelo sobre minerais críticos, direitos das comunidades e transição justa. Eu sou fulana de tal, de tal organização, e vou moderar este evento.

Este evento parte de uma realidade que vem ganhando cada vez mais espaço nas agendas nacionais e internacionais: o avanço da exploração, extração e beneficiamento de minerais considerados críticos para a transição energética. Ao mesmo tempo em que esses minerais são apresentados como estratégicos para a descarbonização da economia, a expansão de suas cadeias de produção tem provocado preocupações e conflitos em diferentes territórios.

Hoje, queremos trazer para o centro desse debate as vozes das comunidades locais que vivem nesses territórios, que vêm enfrentando riscos e ameaças aos seus direitos e aos seus modos de vida.

Este evento será organizado em palestras de 10 minutos, reunindo diferentes perspectivas das comunidades afetadas pelo avanço da mineração e das políticas relacionadas aos minerais críticos. Nossa primeira painelista é fulana de tal, do país tal, da organização tal; depois ouviremos fulano de tal, do país tal, da organização tal...[e assim sucessivamente]. Ao final, faremos um bloco de três perguntas do público e as considerações finais dos painelistas.

Os painelistas falarão em inglês e haverá tradução consecutiva para a [painelista 3] e para o [painelista 4].

Moderadora: Vamos começar ouvindo o Painelista 1, que vem de tal região. Recentemente tivemos notícias de que o Brasil aprovou sua política para minerais críticos. De que maneira as comunidades participaram desta construção? As comunidades estão satisfeitas com a medida?

[Fala do Painelista 1 – 10 min]

Moderadora: Retoma a conversa e endereça nova pergunta ao Painelista 2...e assim sucessivamente.

[Painelista 3, Painelista 4 etc.]

Moderadora: Ainda temos alguns minutos antes de encerrarmos nossa sessão, por isso abro o microfone para perguntas da plateia.// Obrigada pelas perguntas, quem vai começar respondendo? // Agradeço as respostas e peço aos nossos painelistas brevemente suas considerações finais// Obrigada a todos pelo interesse e participação no nosso evento paralelo.

3.6 Dicas para realizar uma coletiva de imprensa

As coletivas de imprensa duram apenas 30 minutos e são uma oportunidade de atrair a atenção da mídia. Por isso, são momentos bem aproveitados por organizações que desejam reagir ao andamento das negociações, a divulgar posicionamentos fortes e outros tipos de informações com **caráter noticioso**.

As coletivas podem ser agendadas pelo site da UNFCCC por meio de um formulário simplificado do tipo Google Forms[16]. Os critérios de aprovação dos pedidos levam em conta a viabilidade de datas e horários e a busca por equilíbrio entre regiões, *constituencies* e temas. As conferências de imprensa acontecem em uma ou mais salas exclusivas. Uma vez aprovada, ela entra no calendário de eventos da conferência do clima e passa a aparecer oficialmente na programação, inclusive no sistema interno de TV.

16 Exemplo de formulário de agendamento de coletivas de imprensa usado na COP30: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdGLTb80OSibgjzCVq1v0_Ka8gVz3zl_nNqPEdSWhnK-SzABw/viewform

Principais regras:

- Pelo menos um representante da organização solicitante precisa estar presente para conduzir ou moderar a sessão.
- As coletivas são transmitidas ao vivo e ficam disponíveis posteriormente ao público. A sala dispõe de computador e projetor e as apresentações (se houver) devem ser entregues à equipe técnica antes do início.
- Não é permitido consumir alimentos ou bebidas na sala, que possui assentos em formato de teatro e mesa principal com microfones.
- Os participantes devem providenciar suas próprias placas de identificação e organizar, por conta própria, os serviços de interpretação necessários.

Como as coletivas de imprensa são transmitidas e ficam gravadas no sistema online da UNFCCC, mesmo que por algum motivo não haja muito público na sala, continua sendo ***muito estratégico fazer um bom evento como manda o figurino****, pois a comunicação de sua organização pode aproveitar a gravação e fazer cortes importantes para as redes sociais.*

É esperado que uma coletiva abra sempre espaço para os jornalistas fazerem perguntas. Portanto, não esqueça de passar a palavra para o público ao final.

EXEMPLO DE ROTEIRO PARA COLETIVA DE IMPRENSA

Tempo	Momento	Conteúdo
0–3 min	Abertura	Moderador apresenta as comunidades, explica por que estão na COP e anuncia a mensagem central: "não haverá solução climática se as decisões sobre agricultura ignorarem quem produz alimentos e protege os territórios".
3–7 min	O que está em jogo na negociação	Moderador faz breve explicação do texto de agricultura em negociação e dos pontos que preocupam as comunidades. Mostrar 1 ou 2 trechos projetados na tela, destacando o que está ausente ou precisa ser fortalecido.
7–12 min	Comunidade 1	Representante de comunidade local da Ásia faz relato de 5min sobre como políticas agrícolas, expansão de commodities, mudanças climáticas ou pressão sobre a terra afetam território, água, alimentação e modos de vida.
12–17 min	Comunidade 2	Representante de comunidade local do Brasil faz relato de 5min sobre soluções e conhecimentos das comunidades que poderiam enriquecer a perspectiva das Partes (sistemas alimentares tradicionais, manejo territorial, agrobiodiversidade, sementes, conhecimentos tradicionais e produção de alimentos).

Tempo	Momento	Conteúdo
17–22 min	As 5 demandas para o texto	Representante de comunidade local na África apresenta as principais recomendações do GFLCCC em 5 min.
22–27 min	Perguntas da imprensa	Moderador faculta a palavra às perguntas da imprensa.
27–30 min	Fechamento	Representantes das comunidades respondem; moderador agradece e encerra a coletiva.

3.7 Compartilhando as experiências na volta aos territórios

Já vimos que um dos grandes desafios da participação da sociedade civil nas conferências do clima não acontece lá, mas sim no retorno para casa. Isso porque as experiências vividas fora do país são tão diferentes que, às vezes, é difícil até de compartilhar os aprendizados com a própria comunidade. Vamos propor aqui ideias para planejar e estruturar bem este momento.

A etapa devolutiva é a que traz sentido para a atuação internacional. Para ela render bons frutos, ***lembre-se de ter feito uma boa conversa com a comunidade antes de viajar****, pois assim todos estarão mais conscientes, preparados e interessados em ouvir as novidades que você traz depois que retorna.* ***Este será o momento de construir, a partir do que você trouxe, um plano coletivo*** *ou as ações que vão dar continuidade ao processo de incidência.*



- Avise para sua comunidade/organização que você já voltou com bastante novidade e deseja **marcar um dia para compartilhar aprendizados** e perspectivas de continuidade do trabalho.
- Reserve pelo menos **duas horas** para que haja tempo de falar e receber as perguntas da comunidade.
- Prepare **fotos e vídeos** e faça uma apresentação bem ilustrada com base na agenda que você cumpriu por lá.
- **Recupere suas anotações** (ou áudios diários) que você fez durante os dias da conferência.
- Pontue o que foi mais difícil e desafiador, sem esquecer de contar **quais oportunidades você teve** de fazer uma boa representação das comunidades tradicionais internacionalmente.
- Sinalize **que ações realizadas terão continuidade** e ouça da sua comunidade como ela avalia que esse seguimento deve ser feito.
- **Envolva outras pessoas** que não participaram da viagem nas ações de continuidade, como eventos e formações que você poderá receber. Isso ajuda a capacitar mais pessoas e a ampliar a internalização do tema dentro da sua comunidade ou organização.



Anexos

Anexo 1

Grupos de negociação na UNFCCC[17]

Com base na tradição das Nações Unidas, as Partes estão organizadas em **cinco grupos regionais**, principalmente para fins de eleição da Mesa Diretora (*Bureau*), a saber:

» Estados Africanos

» Estados da Ásia-Pacífico

Estados da Europa Oriental

» Estados da América Latina e do Caribe

» Estados da Europa Ocidental e Outros Estados[18].

Os cinco grupos regionais, no entanto, não são habitualmente utilizados para apresentar os interesses das Partes, e diversos outros agrupamentos são mais importantes para as negociações climáticas. Por isso, existem atualmente **16 grupos oficiais de negociação** na UNFCCC:

Grupo Africano de Negociadores ou Grupo Africano (African Group)

Estabelecido em 1995 durante a COP 1, realizada em Berlim, Alemanha. O grupo é composto por 54 países africanos que trabalham juntos para representar os interesses comuns do continente nas negociações internacionais sobre mudança do clima. O Grupo Africano visa garantir que as prioridades da África — como financiamento climático, adaptação, mitigação, capacitação, e perdas e danos — sejam abordadas de forma eficaz nos acordos climáticos globais.

Associação Independente da América Latina e do Caribe – AILAC (Independent Association of Latin America and the Caribbean)

Coalizão de oito países latino-americanos e caribenhos que compartilham interesses e posições sobre mudança do clima nas negociações internacionais. Criada em 2012 na COP 18 em Doha, a AILAC visa gerar posições coordenadas e ambiciosas que contribuam para uma negociação multilateral equilibrada, considerando uma visão coerente com o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade com o meio ambiente e as gerações futuras.

Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – ALBA (Bolivarian Alliance for the Peoples of Our America)

Grupo regional de cooperação política e econômica fundado em 2004 pela Venezuela e por Cuba. O grupo é composto por 5 países que atuam como uma voz firme no regime climático global para garantir a equidade na ação climática.

Aliança dos Pequenos Estados Insulares – AOSIS (Alliance of Small Island States)

Coalizão de 39 pequenos Estados insulares e de baixas altitudes costeiras em desenvolvimento que são particularmente vulneráveis aos impactos da mudança do clima. Criada em 1990, a AOSIS representa os interesses de seus países membros, provenientes principalmente do Caribe, Pacífico, Oceano Índico e

17 Retirado da página https://unfccc.int/process-and-meetings/parties-non-party-stakeholders/parties/party-groupings

18 Os “Outros Estados” incluem Austrália, Canadá, Islândia, Nova Zelândia, Noruega, Suíça e Estados Unidos.

África, na defesa e nas negociações climáticas. A AOSIS é conhecida por ser uma voz forte nas negociações internacionais, pressionando por ações globais ambiciosas para limitar o aquecimento global e proteger países vulneráveis e representa os Pequenos Estados Insulares (*Small Islands Developing States* - SIDS), agrupamento socioeconômico e geográfico formal da ONU.

Estados Árabes (Arab States)

Bloco negociador regional composto por 22 países árabes. Formado em 1945, o bloco desempenha um papel coletivo na formulação e promoção dos interesses climáticos de seus Estados membros nas negociações internacionais.

BASIC

Coalizão de quatro grandes economias emergentes — Brasil, África do Sul, Índia e China — que coordenam suas posições nas negociações internacionais sobre mudança do clima. Formado em 2009, o Grupo BASIC busca frequentemente fazer a ponte entre os interesses dos países em desenvolvimento e desenvolvidos, ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade de proteger o espaço de desenvolvimento das economias emergentes.

Coalizão das Nações com Florestas Tropicais – CfRN (Coalition for Rainforest Nations)

Organização intergovernamental que desempenha um papel significativo nas negociações climáticas internacionais, especialmente no avanço dos interesses dos países com florestas tropicais. Criada em 2005, a coalizão reúne 52 países com florestas tropicais da África, Ásia-Pacífico, América Latina e Caribe. A CfRN trabalha para garantir que esses países tenham uma voz forte e unida e que as florestas sejam centrais para as soluções climáticas globais.

Grupo de Integridade Ambiental – EIG (Environmental Integrity Group)

Formado em 2000, compreende México, Liechtenstein, Mônaco, República da Coreia, Suíça e Geórgia. O EIG conta com países em desenvolvimento e desenvolvidos, trabalhando para construir consensos entre ambos os blocos e, ao mesmo tempo, promover resultados climáticos ambiciosos e justos.

União Europeia – EU (European Union)

Bloco negociador unificado representando seus 27 Estados-membros por meio do desenvolvimento de posições comuns nas reuniões do Conselho, com a Presidência rotativa e a Comissão Europeia liderando as negociações para falar com uma só voz em prol de ações climáticas ambiciosas. Como uma organização regional de integração econômica, a própria União Europeia pode ser — e é — uma Parte da Convenção. No entanto, ela não possui um voto separado do de seus membros.

Grupo dos 77 e China (G77 and China)

Fundado em 1964 no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e hoje atua em todo o sistema da ONU. Até maio de 2014, contava com 135 membros, além de uma (1) Parte observadora. A Parte que ocupa a Presidência do G-77 em Nova York (que rotaciona a cada ano) frequentemente fala em nome do G-77 e da China como um todo. Contudo, como o G-77 e China é um grupo diversificado com interesses divergentes em questões climáticas, países em desenvolvimento individuais também intervêm nos debates, assim como subgrupos dentro do G77 e China, tais como o Grupo Africano, os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e o grupo dos Países Menos Desenvolvidos.

Grupo dos Países em Desenvolvimento Sem Litoral – LLDCs (Group of Landlocked Developing Countries)

É o grupo mais recente formado na UNFCCC, em 2025. Os objetivos são: garantir que os resultados das negociações climáticas da ONU reflitam os interesses e prioridades específicos relacionados à sua condição geográfica sem saída para o mar; fortalecer a capacidade de seus membros de participar e influenciar a UNFCCC e processos correlatos; e apoiar a implementação dos compromissos da Convenção e do Acordo de Paris em nível nacional.

Grupo SUR (Group SUR)

Anteriormente conhecido como Grupo ABU, este grupo representa principalmente países da América Latina e do Caribe com posições semelhantes em questões de mudança do clima. O ABU, atual Grupo SUR, foi formalmente estabelecido em 2006, durante as negociações da UNFCCC em Nairóbi, Quênia (COP12). No entanto, a coordenação informal entre países da América Latina e do Caribe começou ainda na década de 1990. O Grupo SUR é composto por países latino-americanos e caribenhos com afinidade de posições. A composição pode variar ligeiramente a cada sessão de negociação, mas geralmente inclui entre 14 e 20 países.

Países Menos Desenvolvidos – LDCs (Least Developed Countries)

As 45 Partes deste grupo se tornaram cada vez mais ativas no processo de mudança do clima. Com base em análises econômicas e recomendações do Comitê de Políticas de Desenvolvimento do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, os países tradicionalmente deixam a categoria de LDC após revisão e cumprimento dos limiares de transição para o Índice de Ativos Humanos (HAI) e renda (*RNB per capita*). O país mais recente a graduar-se da categoria de LDC foi São Tomé e Príncipe.

Países em Desenvolvimento de Ideias Semelhantes – LMDC (Like-Minded Developing Countries)

Este emergiu formalmente nas negociações da UNFCCC por volta de 2007, embora suas raízes remontem a alinhamentos anteriores dentro do G77+China, especialmente após a COP13 em Bali (2007) durante o lançamento do Plano de Ação de Bali. Tornou-se mais consolidado após 2010, particularmente durante as negociações que levaram à COP15 em Copenhague (2009) e à COP17 em Durban (2011), bem como em seus desdobramentos. Em sessões recentes (2023–2024), o grupo LMDC consistia em aproximadamente 24 países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina.

Grupo da Montanha (Mountain Group)

Em junho de 2010, representantes dos governos da Armênia, Quirguistão e Tajiquistão reuniram-se em Bonn para discutir a oportunidade de estabelecer um grupo de Países em Desenvolvimento Sem Litoral e Montanhosos (MLDC) para conscientizar as Partes sobre os desafios que os países montanhosos sem litoral enfrentam devido à mudança do clima e garantir que as necessidades desses países sejam atendidas. Em julho de 2023, o grupo foi restabelecido como Grupo da Parceria para as Montanhas (*Group of Mountain Partnership*) e em junho de 2025 o nome do grupo foi oficialmente alterado para Grupo da Montanha (*Mountain Group*).

Grupo Guarda-Chuva (Umbrella Group)

Coalizão de Partes formada após a adoção do Protocolo de Quioto. O grupo é composto por Austrália, Canadá, Islândia, Israel, Japão, Nova Zelândia, Cazaquistão, Noruega, Ucrânia e Estados Unidos. O Reino Unido é a adição mais recente ao grupo, tendo se integrado formalmente em 2023.

Anexo 2

Glossário

Advocacy

- **Nome em inglês:** Advocacy
- **Nome em português:** Advocacy / Defesa de Causas
- **Explicação:** Ação de sensibilização e pressão promovida por observadores na UNFCCC para influenciar negociações, devendo ser estritamente pacífica, sem ataques pessoais, limitada a áreas autorizadas e sujeita à aprovação prévia do Secretariado.

AFOLU

- **Nome em inglês:** Agriculture, Forestry and Other Land Use
- **Nome em português:** Agricultura, Florestas e Outros Usos da Terra
- **Explicação:** Setor que engloba as emissões e remoções de gases de efeito estufa provenientes do uso do solo e de atividades agroflorestais.

AF

- **Nome em inglês:** Adaptation Fund
- **Nome em português:** Fundo de Adaptação
- **Explicação:** Fundo internacional estabelecido no âmbito do Protocolo de Quioto para financiar projetos concretos de adaptação em países em desenvolvimento vulneráveis.

AILAC

- **Nome em inglês:** Independent Association of Latin America and the Caribbean
- **Nome em português:** Associação Independente da América Latina e do Caribe
- **Explicação:** Coalizão negociadora de países latino-americanos e caribenhos voltada para a promoção de posições coordenadas e ambiciosas sobre o clima.

ALBA

- **Nome em inglês:** Bolivarian Alliance for the Peoples of Our America
- **Nome em português:** Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
- **Explicação:** Bloco de cooperação política e econômica regional que atua nas negociações climáticas defendendo a equidade e a justiça social.

AOSIS

- **Nome em inglês:** Alliance of Small Island States
- **Nome em português:** Aliança dos Pequenos Estados Insulares
- **Explicação:** Coalizão diplomática de pequenos países insulares e costeiros de baixa altitude com alta vulnerabilidade ao aumento do nível do mar e ao aquecimento global.

BAI

- **Nome em inglês:** Belém Adaptation Indicators
- **Nome em português:** Indicadores de Adaptação de Belém
- **Explicação:** Conjunto de indicadores desenvolvidos para mensurar e avaliar o progresso global em adaptação climática.

BAR

- **Nome em inglês:** Baku Adaptation Roadmap
- **Nome em português:** Roteiro de Adaptação de Baku
- **Explicação:** Plano de ação estruturado para orientar o avanço das políticas e mecanismos globais de adaptação ao clima.

BINGO

- **Nome em inglês:** Business and Industry Non-Governmental Organizations
- **Nome em português:** Empresas e Setor Industrial
- **Explicação:** Grupo de observadores da UNFCCC que representa os interesses do setor privado, empresas e indústrias nas negociações climáticas.

CAN

- **Nome em inglês:** Climate Action Network
- **Nome em português:** Rede de Ação Climática
- **Explicação:** Rede mundial de centenas de organizações não governamentais que atuam promovendo a ação governamental e social para combater a crise climática. Ponto focal das ENGO na UNFCCC.

CBD

- **Nome em inglês:** Convention on Biological Diversity
- **Nome em português:** Convenção sobre Diversidade Biológica
- **Explicação:** Tratado multilateral da ONU voltado para a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a partilha justa de recursos genéticos.

CfRN

- **Nome em inglês:** Coalition for Rainforest Nations
- **Nome em português:** Coalizão das Nações com Florestas Tropicais
- **Explicação:** Organização intergovernamental que reúne países com florestas tropicais para defender a conservação florestal como parte central das soluções climáticas.

Constituintes (Constituencies)

- **Nome em inglês:** Constituencies
- **Nome em português:** Grupos de Interesse / Constituintes de Observadores
- **Explicação:** Agrupamentos formais que organizam os observadores da sociedade civil dentro da UNFCCC (ex.: juventude, povos indígenas, empresas).

COPs

- **Nome em inglês:** Conferences of the Parties
- **Nome em português:** Conferências das Partes
- **Explicação:** Órgão de decisão das convenções da ONU, onde os Estados-membros se reúnem anualmente para negociar e avaliar o progresso climático.

EIG

- **Nome em inglês:** Environmental Integrity Group
- **Nome em português:** Grupo de Integridade Ambiental
- **Explicação:** Bloco negociador composto por países desenvolvidos e em desenvolvimento (como Suíça, Coreia do Sul e México) focado em construir consensos climáticos equilibrados.

ENGO

- **Nome em inglês:** Environmental Non-Governmental Organizations
- **Nome em português:** Entidades Ambientalistas / ONGs Ambientalistas
- **Explicação:** Constituinte de observadores da UNFCCC formado por organizações não governamentais voltadas à proteção e preservação ambiental.

ETF

- **Nome em inglês:** Enhanced Transparency Framework
- **Nome em português:** Estrutura de Transparência Aprimorada
- **Explicação:** Mecanismo central do Acordo de Paris para relatar e acompanhar os compromissos, ações e apoios prestados pelos países.

EU / UE

- **Nome em inglês:** European Union
- **Nome em português:** União Europeia
- **Explicação:** Bloco regional de integração econômica e política que negocia de forma unificada em nome de seus Estados-membros.

ExCom

- **Nome em inglês:** Executive Committee of the Warsaw International Mechanism for Loss and Damage
- **Nome em português:** Comitê Executivo do Mecanismo Internacional de Varsóvia
- **Explicação:** Órgão encarregado de orientar a implementação de ações para abordar perdas e danos associados aos impactos das mudanças climáticas.

Fazendeiros (Farmers)

- **Nome em inglês:** Farmers
- **Nome em português:** Produtores Rurais / Fazendeiros
- **Explicação:** Constituinte de observadores da UNFCCC que representa produtores agrícolas e trabalhadores do campo nas negociações.

FRLD

- **Nome em inglês:** Fund for responding to Loss and Damage
- **Nome em português:** Fundo de Resposta a Perdas e Danos
- **Explicação:** Fundo financeiro multilateral destinado a apoiar países em desenvolvimento vulneráveis no socorro e na recuperação diante de impactos climáticos irreversíveis.

FWG

- **Nome em inglês:** Facilitative Working Group
- **Nome em português:** Grupo de Trabalho Facilitador
- **Explicação:** Órgão operacional responsável por conduzir os trabalhos da LCIPP, implementando suas três funções. É o único órgão da UNFCCC que tem paridade entre membros indígenas e das Partes, mas não tem caráter decisório.

GCF

- **Nome em inglês:** Green Climate Fund
- **Nome em português:** Fundo Verde do Clima
- **Explicação:** Maior fundo climático global da ONU, criado para apoiar países em desenvolvimento em suas metas de redução de emissões e adaptação.

GEF

- **Nome em inglês:** Global Environment Facility
- **Nome em português:** Fundo Global para o Meio Ambiente
- **Explicação:** Mecanismo financeiro multilateral que concede doações e financiamentos para projetos de proteção ambiental e combate às mudanças climáticas.

GFLCCC

- **Nome em inglês:** Global Forum of Local Communities on Climate Change
- **Nome em português:** Fórum Global de Comunidades Locais sobre Mudanças Climáticas
- **Explicação:** Rede internacional que reúne representantes de comunidades locais da América Latina e Caribe, África e Ásia, focado em amplificar a voz, os conhecimentos e as necessidades das comunidades locais na ação climática.

GGA

- **Nome em inglês:** Global Goal on Adaptation
- **Nome em português:** Objetivo Global de Adaptação
- **Explicação:** Meta estabelecida pelo Acordo de Paris para aumentar a capacidade de adaptação, fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas.

Group of African States / African Group

- **Nome em inglês:** African Group of Negotiators (African Group)
- **Nome em português:** Grupo Africano de Negociadores (Grupo Africano)
- **Explicação:** Bloco de 54 países africanos que alinham posições para defender os interesses comuns do continente nas negociações climáticas.

GST

- **Nome em inglês:** Global Stocktake
- **Nome em português:** Balanço Global
- **Explicação:** Processo periódico de avaliação do progresso coletivo do mundo no cumprimento das metas de longo prazo do Acordo de Paris.

IIPFCC

- **Nome em inglês:** International Indigenous Peoples' Forum on Climate Change
- **Nome em português:** Fórum Internacional de Povos Indígenas sobre Mudança Climática

- **Explicação:** Organismo que reúne representantes e organizações de povos indígenas de todo o mundo para coordenar estratégias na UNFCCC.

IPO

- **Nome em inglês:** Indigenous Peoples Organizations
- **Nome em português:** Organizações de Povos Indígenas
- **Explicação:** Constituinte oficial de observadores da UNFCCC que articula e defende os direitos, territórios e conhecimentos tradicionais dos povos indígenas.

ITMOs

- **Nome em inglês:** Internationally Transferred Mitigation Outcomes
- **Nome em português:** Resultados de Mitigação Transferidos Internacionalmente
- **Explicação:** Unidades de redução ou remoção de emissões de carbono transacionadas entre países no âmbito do Artigo 6.2 do Acordo de Paris para o cumprimento de suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs).

JTWP

- **Nome em inglês:** Just Transition Work Programme
- **Nome em português:** Programa de Trabalho sobre Transição Justa
- **Explicação:** Iniciativa da UNFCCC focada em garantir que a transição para economias de baixo carbono seja justa e inclusiva para trabalhadores e comunidades.

LDCF

- **Nome em inglês:** Least Developed Countries Fund
- **Nome em português:** Fundo para Países Menos Desenvolvidos
- **Explicação:** Fundo gerido pelo GEF dedicado exclusivamente às necessidades urgentes de adaptação climática dos Países Menos Desenvolvidos.

LDCs

- **Nome em inglês:** Least Developed Countries
- **Nome em português:** Países Menos Desenvolvidos
- **Explicação:** Bloco de países de menor desenvolvimento socioeconômico que colaboram nas negociações para destacar suas vulnerabilidades particulares ao clima.

LGMA

- **Nome em inglês:** Local Governments and Municipal Authorities

- **Nome em português:** Governos Locais e Autoridades Municipais
- **Explicação:** Constituinte de observadores que representa cidades, prefeituras e governos subnacionais nas negociações internacionais do clima.

LLDCs

- **Nome em inglês:** Group of Landlocked Developing Countries
- **Nome em português:** Grupo dos Países em Desenvolvimento Sem Litoral
- **Explicação:** Bloco de negociação que defende os interesses específicos de países em desenvolvimento sem acesso direto ao mar.

LMDC

- **Nome em inglês:** Like-Minded Developing Countries
- **Nome em português:** Países em Desenvolvimento de Ideias Semelhantes
- **Explicação:** Coalizão de países em desenvolvimento das Américas, África e Ásia com posições convergentes sobre responsabilidades históricas e desenvolvimento.

Local Communities and Indigenous Peoples Platform (LCIPP)

- **Nome em inglês:** Local Communities and Indigenous Peoples Platform
- **Nome em português:** Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas
- **Explicação:** Estrutura da UNFCCC criada para fortalecer os conhecimentos tradicionais e a participação de povos indígenas e comunidades locais no regime climático internacional.

LWPG

- **Nome em inglês:** Lima Work Programme on Gender
- **Nome em português:** Programa de Trabalho de Lima sobre Gênero
- **Explicação:** Iniciativa destinada a promover a igualdade de gênero e a integração da perspectiva de gênero nas políticas climáticas internacionais.

MWP

- **Nome em inglês:** Mitigation Work Programme
- **Nome em português:** Programa de Trabalho de Mitigação
- **Explicação:** Programa criado para acelerar urgentemente a ambição e a implementação da redução de emissões de gases de efeito estufa nesta década.

NAPs

- **Nome em inglês:** National Adaptation Plans
- **Nome em português:** Planos Nacionais de Adaptação
- **Explicação:** Instrumentos estratégicos elaborados pelos países para identificar necessidades de adaptação de médio e longo prazo e criar estratégias de resiliência.

NDCs

- **Nome em inglês:** Nationally Determined Contributions
- **Nome em português:** Contribuições Nacionalmente Determinadas
- **Explicação:** Planos e metas individuais assumidos por cada país para reduzir emissões e adaptar-se aos impactos climáticos no âmbito do Acordo de Paris.

NELS

- **Nome em inglês:** Expert Group on Non-Economic Losses
- **Nome em português:** Grupo de Especialistas em Perdas Não Econômicas
- **Explicação:** Grupo técnico sob o ExCom encarregado de analisar impactos climáticos não monetizáveis, como perda de vidas, cultura, território e biodiversidade.

NMAs

- **Nome em inglês:** Non-Market Approaches
- **Nome em português:** Abordagens Não Mercadológicas
- **Explicação:** Mecanismos do Artigo 6.8 do Acordo de Paris que promovem a cooperação internacional para o clima sem o uso de comércio de carbono.

Órgãos Constituídos (Constituted Bodies)

- **Nome em inglês:** Constituted Bodies
- **Nome em português:** Órgãos Constituídos
- **Explicação:** Comitês e grupos de especialistas criados pelas COPs para supervisionar e executar mandatos específicos (ex.: transparência, financiamento, tecnologia).

ONU

- **Nome em inglês:** United Nations (UN)
- **Nome em português:** Organização das Nações Unidas
- **Explicação:** Organização internacional criada para promover a paz, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e a cooperação multilateral.

PACM

- **Nome em inglês:** Paris Agreement Crediting Mechanism
- **Nome em português:** Mecanismo de Crédito do Acordo de Paris
- **Explicação:** Mecanismo de mercado sob o Artigo 6.4 que permite a transferência de reduções de emissões auditadas entre países e agentes privados.

REDD+

- **Nome em inglês:** Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation
- **Nome em português:** Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
- **Explicação:** Incentivo financeiro internacional desenvolvido sob a UNFCCC para recompensar países em desenvolvimento por reduzirem emissões decorrentes do desmatamento, conservarem estoques de carbono e promoverem o manejo florestal sustentável.

RINGO

- **Nome em inglês:** Research and Independent Non-Governmental Organizations
- **Nome em português:** Institutos de Pesquisa e ONGs Independentes
- **Explicação:** Constituinte de observadores da UNFCCC que agrupa universidades, centros de pesquisa e instituições acadêmicas.

SB

- **Nome em inglês:** Subsidiary Bodies
- **Nome em português:** Órgãos Subsidiários
- **Explicação:** Estruturas permanentes de apoio técnico e operacional que preparam as decisões e relatórios adotados pelas COPs.

SBI

- **Nome em inglês:** Subsidiary Body for Implementation
- **Nome em português:** Órgão Subsidiário de Implementação
- **Explicação:** Órgão encarregado de avaliar a execução prática das obrigações, finanças e relatórios dos países no âmbito das convenções da UNFCCC.

SBSTA

- **Nome em inglês:** Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice

- **Nome em português:** Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico
- **Explicação:** Órgão que fornece informações e pareceres científicos, tecnológicos e metodológicos às conferências sobre o clima.

SCCF

- **Nome em inglês:** Special Climate Change Fund
- **Nome em português:** Fundo Especial para Mudanças Climáticas
- **Explicação:** Fundo gerido pelo GEF focado no financiamento de projetos de tecnologia, adaptação e mitigação em diversos setores vulneráveis.

TUNGO

- **Nome em inglês:** Trade Union Non-Governmental Organizations
- **Nome em português:** Sindicatos / Organizações Sindicais
- **Explicação:** Constituinte de observadores da UNFCCC que representa os trabalhadores e o movimento sindical nas discussões climáticas.

UAE Dialogue

- **Nome em inglês:** UAE Dialogue
- **Nome em português:** Diálogo dos Emirados Árabes Unidos
- **Explicação:** Fórum de acompanhamento criado para monitorar e debater a implementação dos resultados do Balanço Global (GST) definidos na COP28.

UNCCD

- **Nome em inglês:** United Nations Convention to Combat Desertification
- **Nome em português:** Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação
- **Explicação:** Tratado internacional da ONU voltado para combater a degradação da terra, a desertificação e os efeitos da seca.

UNDRIP

- **Nome em inglês:** United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples
- **Nome em português:** Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas
- **Explicação:** Documento internacional que estabelece uma estrutura universal de padrões mínimos para a sobrevivência, dignidade e bem-estar dos povos indígenas.

UNDROP

- **Nome em inglês:** United Nations Declaration on the Rights of Peasants and Other People Working in Rural Areas
- **Nome em português:** Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e de Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais
- **Explicação:** Resolução da ONU reconhecendo e protegendo os direitos de trabalhadores rurais, pequenos agricultores e comunidades tradicionais do campo.

UNFCCC

- **Nome em inglês:** United Nations Framework Convention on Climate Change
- **Nome em português:** Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
- **Explicação:** Tratado internacional fundamental para estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera e combater o aquecimento global.

WGC

- **Nome em inglês:** Women and Gender Constituency
- **Nome em português:** Mulheres e Gênero
- **Explicação:** Constituinte oficial de observadores da UNFCCC focada na promoção da igualdade de gênero, direitos das mulheres e justiça climática.

WIM

- **Nome em inglês:** Warsaw International Mechanism for Loss and Damage
- **Nome em português:** Mecanismo Internacional para Perdas e Danos de Varsóvia
- **Explicação:** Estrutura criada para promover o conhecimento e a cooperação na resposta aos impactos climáticos inevitáveis em países em desenvolvimento.

YOUNGO

- **Nome em inglês:** Youth Non-Governmental Organizations
- **Nome em português:** Juventude / ONGs de Jovens
- **Explicação:** Constituinte oficial que reúne organizações lideradas por jovens e ativistas nas negociações climáticas internacionais.



Apoio:

Parceria:

Realização:

ISPN
INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA